

1 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO
2 SUPERIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA
3 NO DIA 24 (VINTE E QUATRO) DE MAIO DE 2018 (DOIS MIL E DEZOITO),
4 ÀS 14 (QUATORZE) HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO MENDES.**

5 Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas,
6 na sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes,
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius
8 David e com as presenças dos Conselheiros: Eduardo Antônio Salomão Condé, Marcos
9 Tanure Sanábio, Mônica Ribeiro de Oliveira, Luis Paulo da Silva Barra, Valéria Faria,
10 Liamara Scortegagna, Marina Monteiro de Castro e Castro, Milene de Oliveira, Antônio
11 Márcio Resende do Carmo, Eliane Medeiros Borges, Schirley Maria Policário, Raquel
12 Fellet Lawall, Fabrício da Silva Teixeira de Carvalho, Ana Paula Ferreira, Eduardo
13 Barrere, Robert Daibert Júnior, Gilmar José dos Santos, José Gustavo Francis Abdala,
14 Marise Pimentel Mendes, Aline Araújo Passos, Lourival Batista de Oliveira Júnior,
15 Álvaro de Azeredo Quelhas, Jeferson Macedo Vianna, Marcelo da Silva Alves, Hélio
16 Antônio da Silva, José Otávio do Amaral Corrêa, Maria Alice Junqueira Caldas,
17 Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina Vasconcellos Furtado, Maria das
18 Graças Afonso Miranda Chaves, Cristina Simões Bezerra, Alice Mary Monteiro Mayer,
19 Eliete do Carmo Garcia Verbena Faria, Vitor Soares Lustosa Victor, Raquel Bernardo
20 Fett, Pedro Rocha Badô, Ana Emília Carvalho de Souza, Juliana Auler Rodrigues,
21 Pedro Felipe de Souza Arruda, Iago do Nascimento Silva, Daniel Diogo de Souza Silva,
22 Flávio Cardoso Sereno, Márcio Roberto Sá Fortes, Pedro Henrique Cuco, Heronides
23 Filho, Paulo Dimas de Castro, Ricardo Bonfante, Pâmela Emanuelle Julião e Conrado
24 Jenevain Braga, realizou-se mais uma reunião do egrégio Conselho Superior da
25 Universidade Federal de Juiz de Fora. Havendo número legal, o Senhor Presidente
26 iniciou a reunião extraordinária saudando a todos e todas. Apesar de a reunião ser uma
27 sessão extraordinária e pauta única, inexistindo informes, em regime de exceção e,
28 diante da falta de combustíveis em diversos postos pelo Brasil em razão da greve dos
29 caminhoneiros, o Senhor Presidente destacou a necessidade de uma posição do
30 Conselho em face da crise que se apresenta no Brasil. Destacou os problemas
31 emergenciais que assolam a sociedade e, especificamente, os problemas que estão
32 impactando no regular funcionamento da UFJF. Apresentou relatos de diretores quanto
33 a problemas nas unidades acadêmicas em função das consequências dessa greve dos
34 caminhoneiros e interrupção de fornecimento de uma série de itens essenciais. Explicou
35 que o restaurante universitário funcionou no dia de hoje em regime especial, uma vez
36 que o fornecimento de gás do restaurante ocorre na quarta-feira e ontem não teve
37 abastecimento de gás. Desta maneira, operou com uma refeição alternativa composta
38 por lanche, salada e alguns grãos, visando, desta maneira, não interromper o
39 fornecimento de alimentação para os estudantes. A cidade de Juiz de Fora, por meio de
40 seu consórcio, anunciou redução em cinquenta por cento no número de ônibus.
41 Esclareceu que a própria logística da Universidade suspendeu algumas viagens e foi
42 reduzido gradativamente o serviço de ônibus interno da instituição. Retomou quanto ao
43 recebimento de vários relatos de que ontem à noite foi difícil o funcionamento em
44 algumas unidades e uma projeção de que o funcionamento desta noite também vai
45 sofrer muitos prejuízos. Pontuou a existência de uma questão operacional até mesmo
46 para que o restaurante universitário continue funcionando da forma com que ele operou
47 na data de hoje. Encaminhou, desta maneira, a possibilidade de, através de uma rápida
48 conversa, ser avaliada a viabilidade de ser tomada uma decisão em relação à suspensão
49 do funcionamento das atividades no dia de hoje e de amanhã, ou se, na avaliação do
50 Conselho, há condições de manter o funcionamento das unidades acadêmicas. Ciente

dos impactos de uma decisão, principalmente em relação à suspensão para o calendário acadêmico, que demandaria outras deliberações pelo Conselho de Graduação inclusive, asseverou que vivemos uma situação com muitos problemas, sendo um assunto grave. Ressaltou a importância da ponderação quanto ao assunto, visto o prejuízo da informação e até mesmo impossibilidade de conseguir comunicar a todos. Uma alternativa seria deixar isso por conta das decisões das unidades acadêmicas e unidades administrativas, sendo de qualquer forma necessária de uma definição para liberar ou não o restaurante universitário para dar ordem de suprimentos para amanhã. O Conselheiro Álvaro Quelhas pediu a palavra, saudou a todos e destacou que já houve questionamentos por parte dos estudantes em sua unidade, na data de hoje, em razão dos problemas quanto à manutenção das aulas. Pontuou a gravidade da crise, produzido pelos donos dos postos de gasolinás, das transportadoras, que dominam o transporte de carga no Brasil. Sendo assim, destacou ser muito complicado trabalhar nessa dubiedade, onde alguns alunos poderiam comparecer às aulas e outros não. Defendeu que a melhor alternativa é suspender as atividades para não prejudicar aqueles estudantes que moram mais longe, que moram fora da cidade, onde de sua parte não vai ser problema nenhum comunicar a secretaria de sua unidade para repassar a informação. Ressaltou a importância da UFJF se pronunciar de forma uníssona, de forma a deixar claro o problema existente, principalmente em relação ao restaurante universitário. A seguir foi dada a palavra ao Conselheiro Victor Lustosa, que cumprimentou a todos e falou que, com relação ao encaminhamento, a discussão deve ser feita diante de dois assuntos distintos. Retomou, como primeiro ponto, a situação colocada pelo Conselheiro Álvaro Quelhas quanto à dificuldade de deslocamento dos estudantes para a Universidade, o que poderá gerar prejuízo acadêmico aos mesmos. Como segundo ponto, ressaltou que existe uma parcela significativa de estudantes que depende do funcionamento do restaurante universitário, como política de assistência estudantil, para garantir uma das coisas mais básicas que é a alimentação. Sendo assim, entende que a necessidade de não haver aula nesses próximos dias está atrelada com a manutenção do restaurante universitário. Ponderou, ainda, que o funcionamento do restaurante universitário da forma que funcionou, com uma refeição de menor qualidade, baixo valor nutricional, representa um prejuízo que tem que ser solucionado logo, devendo ser buscadas saídas. Concordou que o funcionamento com cardápio alternativo é melhor do que não funcionar, porém é muito longe do ideal, configurando um prejuízo em uma área muito sensível, muito básica na vida dos estudantes que são os principais usuários do serviço. O Conselheiro Flávio Sereno solicitou a palavra, saudou a todos e ponderou que gostaria que fosse avaliada, também nessa conjuntura, na hipótese do Conselho entender pela suspensão das atividades acadêmicas, a questão da suspensão de parte das atividades administrativas, que não sejam aquelas que causam danos irreversíveis. Esclareceu que a crise existente apresenta dificuldade aos servidores para locomoção, seja pela diminuição dos números de ônibus, seja porque o preço do Uber triplicou, seja por todas as questões colocadas, além da situação do restaurante universitário. Assim, se a decisão for suspender as atividades, que não fique restrita às unidades acadêmicas apenas. Após o Conselheiro Ângelo Denadai se inscreveu, cumprimentou a todos e solicitou que fosse dado ao Campus Governador Valadares autonomia para decidir como proceder com relação a essa suspensão das atividades em Governador Valadares, uma vez que a cidade está vivendo uma realidade diferente, tendo em vista se tratar de uma cidade plana, onde muita gente anda de bicicletas. Sendo assim, ressaltou que o entendimento em Governador Valadares pode ser diferente do que está acontecendo em Juiz de Fora. Requisitou autonomia para o conselho gestor do campus de Governador Valadares para tomar a decisão quanto à suspensão de suas atividades. Outra inscrição

1 foi realizada pela Conselheira Cristina Bezerra, que saudou a todos e declarou querer
2 concordar com as pessoas que colocaram a necessidade de um posicionamento único da
3 Universidade, uma vez que isso implica depois em revisão de calendários, não havendo
4 previsão de quanto tempo essa suspensão poderá ser necessária, que inclusive acarretará
5 depois a necessidade de revisão e reorganização de calendário acadêmico. Assim sendo,
6 disse ser melhor que seja uma deliberação única para a Universidade toda e depois ser
7 pensado também na reposição de forma única. Informou que a Universidade Federal de
8 Lavras suspendeu as aulas e a Federal de São João Del-Rei também, indagando se mais
9 alguma universidade já tomou essa decisão. O Senhor Presidente retomou a fala e
10 comunicou ter notícia sobre a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto
11 Alegre (UFCSPA) que suspendeu as atividades para a noite de hoje e deliberará sobre
12 os próximos dias até o final do dia. Pontuou que algumas cidades estão sofrendo mais
13 impactos que outras e ressaltou que, nesse momento, ter clareza que o que dificulta uma
14 decisão é a absoluta imprevisibilidade sobre a duração do movimento. Apresentou como
15 encaminhamento a suspensão de atividades deste final de semana, hoje e amanhã. Caso
16 o movimento continue e as atividades não possam ser restabelecidas na segunda-feira,
17 no final de semana a Reitoria expedirá comunicado acerca da permanência da suspensão
18 das atividades. Quanto à preocupação sobre a questão do restaurante universitário falou
19 sobre a possibilidade de mantê-lo em funcionamento, mas disse que o problema da
20 programação é que quando não tem atividade na Universidade, o volume de utilização
21 varia e cai para aproximadamente vinte por cento. Sendo assim, é necessário realizar
22 uma programação com a empresa, para que possa se preparar e atender o número certo
23 de alunos. Ressaltou a informação recebida por parte da equipe de nutricionistas do
24 restaurante, que disse que a solução adotada é justificada por no máximo três dias, e
25 após esse período, o setor de nutrição vai recomendar o não oferecimento dessa
26 alternativa, por questão de segurança alimentar. Destacou que quanto à colocação do
27 Conselheiro Flávio Sereno, concordou que, devido à situação dos transportes, também
28 será necessário analisar questão da programação administrativa. A seguir foi dada a
29 palavra ao Conselheiro Márcio Sá Fortes que saudou os presentes e fez um adendo ao
30 que já foi colocado pelos conselheiros, dizendo ter concordância com tudo o que foi
31 falado, porém ressaltando que mesmo funcionando de forma extremamente precária, é
32 necessária a permanência das atividades do restaurante universitário. Quanto à sugestão
33 do possível retorno às atividades acadêmicas e uma comunicação a ser enviada pela
34 Reitoria no final de semana, sugeriu a inclusão da segunda-feira na suspensão das
35 atividades, visto que muitos estudantes moram em outra cidade e ficariam sem saber a
36 que horas sairia essa publicação da Reitoria no domingo. Propôs o estabelecimento de
37 um horário para a realização da comunicação na segunda-feira de manhã, dizendo sobre
38 o retorno das atividades acadêmicas, as quais voltariam a partir de terça-feira,
39 concedendo, assim, um prazo maior para os alunos retornarem. A seguir, a Presidência
40 passou a palavra ao Conselheiro Victor Lustosa, que ressaltou que diante da diminuição
41 do número de estudantes quando da inexistência de atividades, que reduz para um
42 quinto o quantitativo de alunos, levantou a possibilidade de se rediscutir o que vai ser
43 servido, com a participação do Diretório Central dos Estudantes-DCE, no restaurante
44 universitário nesses dias de suspensão. Ato contínuo, foi dada a fala a Conselheira
45 Raquel Fett que, após saudações, realizou uma colocação a respeito da suspensão do
46 calendário, relatando ser importante lembrar, principalmente para os diretores de
47 unidade, para que haja uma orientação aos docentes para que, dada a suspensão do
48 calendário acadêmico, não sejam solicitados trabalhos por e-mail. Ressaltou, portanto,
49 que se as aulas não serão dadas não há como ter avaliação e, ainda que sejam dadas, não
50 é a prática correta a ser feita, pois pode prejudicar os estudantes. A seguir, retomando a

1 palavra, o Senhor Presidente falou sobre os dois encaminhamentos propostos: o
2 primeiro - de suspensão das atividades na data de hoje e amanhã, com uma
3 comunicação no domingo quanto à permanência da paralisação e, o segundo - a
4 alternativa apresentada pelo Conselheiro Márcio Sá Fortes de incluir a segunda-feira na
5 proposição e alterar a data da comunicação também para essa data. Lembrou que na
6 próxima semana tem o feriado relativo ao dia 31 de maio, sendo uma semana curta, e
7 caso venha ocorrer a suspensão no primeiro dia da semana, na prática se estará
8 condenando a semana toda. Ressaltou que isto pode acarretar problemas, visto existir
9 calendário de reposição e inclusive ocasionar adiamento de início de semestre. Passou a
10 palavra a Conselheira Ana Emilia Souza, que indicou acordo com a suspensão até
11 durante o fim de semana, para ser apresentada até o domingo uma resposta. Destacou
12 que foi desta mesma maneira que algumas universidades fizeram, como por exemplo a
13 Universidade Federal de São João Del Rei –UFSJ. O Conselheiro Márcio Sá Fortes
14 requisitou novamente a fala para retirar sua proposta de retorno na segunda-feira,
15 avaliando a questão do feriado o que pode ser prejudicial aos alunos que moram em
16 outra cidade, que teriam que voltar para ter apenas dois dias de aulas. Aconselhou que
17 se estabelecesse um horário para a divulgação da nota para as pessoas se programarem
18 para retornar a Juiz de Fora. Novamente com a fala, o Senhor Presidente apontou ser
19 importante, caso haja a necessidade de permanência da suspensão, ficar previamente
20 convocada uma reunião do Conselho Superior para segunda-feira, de manhã, para
21 avaliar as consequências. O Conselheiro Eduardo Salomão Condé solicitou a palavra,
22 oportunidade em que apresentou a ressalva em relação à proposta de que não se trata de
23 suspensão do calendário acadêmico, mas sim de suspensão de dois dias de aulas.
24 Destacou que, no caso de suspensão de calendário acadêmico, é necessária a discussão
25 pelo Conselho de Graduação (Congrad) para, após, chegar ao Conselho Superior uma
26 proposição. Pontuou, assim, que a discussão é apenas de suspensão de dois dias do
27 calendário, que podem ser repostos ao fim, sem problema algum, porque o calendário
28 não opera com dias letivos absolutamente contados na sua totalidade. Com a palavra, a
29 representante da Associação de docentes de Ensino Superior de Juiz de Fora-Apes,
30 Alice Mary Monteiro Mayer, em consonância com a fala do Conselheiro Eduardo
31 Condé, destacou que está bastante claro não se tratar de suspensão do calendário
32 acadêmico. Ato seguido, para fechar o encaminhamento, a Presidência reforçou não se
33 tratar de suspensão do calendário acadêmico, apenas de suspensão de dois dias do
34 calendário e de atividades administrativas. Contudo, ponderou que, eventualmente,
35 podem existir já programadas datas-limite para licitações em andamento, dentre outras
36 atividades que não podem ser suspensas. Informou que caberia, nesse sentido, às pró-
37 reitorias a incumbência de tentar racionalizar ao máximo esse funcionamento, visando
38 garantir a manutenção de atividades essenciais. Indicou assim a suspensão das aulas por
39 esses dois dias, a partir de hoje e amanhã, com programação que prevê o retorno na
40 segunda-feira, se a situação se normalizar. Em caso de permanência da crise, esclareceu
41 que a Reitoria vai divulgar uma nota até meio dia de domingo, informando que não
42 serão ministradas as aulas também na segunda-feira, e o Conselho Superior vai ser
43 também convocado em caráter de urgência para segunda-feira de manhã. Concedeu, a
44 seguir, a palavra a Conselheira Liamara Scortegagna que solicitou um auxílio da
45 Conselheira Eliana Borges, coordenadora UAB da UFJF, questionando se a suspensão
46 se estende também aos movimentos presenciais EAD nos polos que iriam acontecer
47 sábado, uma vez que vários alunos entraram em contato dizendo que não tem condições
48 de ir até o polo para fazer as atividades. Registrhou que a indagação foi realizada hoje de
49 manhã e até o momento nenhum retorno recebido, inclusive sobre se ocorrerão ou não
50 as viagens. A Conselheira Eliana Borges respondeu ao questionamento revelando

1 acreditar que, uma vez deliberada a suspensão, está cancelado tudo, inclusive todas as
2 atividades presenciais, sendo retomadas na próxima semana. O Conselheiro Ângelo
3 Denadai se inscreveu novamente pedindo desculpas pela insistência, mas como ainda
4 não ficou claro como Governador Valadares se encaixa dentro dessa proposta, enfatizou
5 que ontem quando saiu de lá não havia percebido nenhuma movimentação por parte dos
6 estudantes ou por parte dos servidores quanto ao assunto, e que então certamente o nível
7 de impacto desse movimento em Governador Valadares é diferente. Submeteu desta
8 forma, a propositura de haver um destaque nesse encaminhamento, dando autonomia
9 para o campus decidir. Sobre o assunto, a Presidência se manifestou, externando sua
10 posição favorável ao correspondente procedimento. O Conselheiro Flávio Sereno pediu
11 a palavra, oportunidade em que sugeriu que houvesse também um prazo para a
12 comunicação de quais seriam as atividades inadiáveis e os serviços essenciais. Dando
13 prosseguimento, a Presidência, com a palavra, sublinhou que conforme critérios já
14 mencionados para o funcionamento, se um setor não está sendo atingido pelo evento,
15 não há razão para interromper as atividades. Por isso, considera ser melhor delegar essa
16 atribuição aos pró-reitores e aos diretores unidade acadêmica. Pontuou que há eventos,
17 tais como bancas de concursos, que deverão ser mantidos. Voltando com a palavra, o
18 Conselheiro Flávio Sereno indagou sobre a definição de um horário para que isso seja
19 divulgado, em que pese estarem os dirigentes das unidades acadêmicas e pró-reitores
20 presentes nesta reunião. O Senhor Presidente esclareceu que os diretores e os pró-
21 reitores que estão presentes na reunião e os outros que serão comunicados deverão,
22 imediatamente ao final da reunião, definir e comunicar suas equipes. A Conselheira
23 Marise Mendes realizou sua inscrição e pontuou a necessidade da informação ser
24 divulgada pelo site, mas também que fosse enviada por e-mail aos alunos, atuando
25 assim em todas as frentes, para agilizar a disseminação da informação. O Professor
26 Márcio Guerra, diretor de imagem institucional da UFJF, também presente à sessão
27 como convidado, solicitou a palavra para um breve pronunciamento informativo sobre o
28 assunto, excepcionalmente concedida com a consensual anuência plenária e da
29 Presidência, oportunidade em que ressaltou contar com os e-mails de todos os técnicos,
30 dos professores e dos estudantes, através dos quais serão comunicados imediatamente,
31 além da postagem do site e das redes sociais da universidade que serão realizadas. Ato
32 contínuo, o Senhor Presidente resgatou o desfecho dos encaminhamentos propostos, de
33 suspensão das aulas a partir de hoje à noite e de amanhã, com previsão de retomada das
34 atividades na segunda-feira. Caso as condições que estão impossibilitando a retomada
35 das aulas se mantiverem, haverá divulgação de uma nota até o meio dia de domingo
36 suspendendo as aulas na segunda-feira, na parte da manhã, e com a convocação do
37 Conselho Superior para uma reunião também na segunda-feira. O campus de
38 Governador Valadares vai ter autonomia para decidir, frente a esse cenário, qual é a
39 melhor decisão a ser tomada para sua comunidade. Quanto aos trabalhadores da
40 instituição, será solicitado aos pró-reitores e aos diretores das unidades acadêmicas que
41 definam com suas equipes o que é necessário ser mantido de atividades de hoje para
42 amanhã, considerando as dificuldades enfrentadas pelos servidores neste cenário de
43 crise, as urgências e as necessidades prementes de cada setor. O Conselheiro Heronides
44 Filho requisitou a palavra, saudou a todos, e apresentou sua preocupação quanto ao
45 campus de Governador Valadares, pela qual nesse primeiro momento, essa aprovação
46 que está sendo proposta a Governador Valadares é relativa ao período de amanhã, uma
47 vez que quanto ao período da semana que vem, na possibilidade de manutenção da
48 suspensão, outro debate precisa ser realizado. Desta maneira, a nota que a Universidade
49 irá soltar no domingo deverá ser uma nota que vai falar de toda Universidade. Foi
50 seguido em sua fala pelo Conselheiro Victor Lustosa, que pediu um esclarecimento com

1 relação a essa autonomia do campus de Governador Valadares, questionando em que
2 setor seriam deliberadas as decisões. A Presidência esclareceu que a instância de
3 deliberação do campus de Governador Valadares é o Conselho Gestor daquele campus.
4 O Conselheiro Márcio Sá Fortes lembrou sobre o prazo regimental para a convocação
5 da reunião extraordinária do Conselho Superior. O Senhor Presidente recobrou a fala,
6 colocando a proposição de deixar os conselheiros formalmente convocados para uma
7 reunião extraordinária na segunda-feira, às nove horas da manhã. A seguir, com a
8 anuência do Plenário, o Senhor Presidente submeteu a proposição à votação pelo
9 Conselho Superior que a anuiu por unanimidade. Nota publicada após a deliberação:
10 ***“Crise no país leva UFJF a suspender aulas por dois dias - Devido aos impactos da***
11 ***paralisação nacional dos caminhoneiros, a Universidade Federal de Juiz de Fora***
12 ***(UFJF) suspendeu as aulas do período noturno desta quinta-feira, 24, e dos períodos***
13 ***diurno e noturno de sexta, 25, nos cursos presenciais e a distância, no campus de Juiz***
14 ***de Fora e no Colégio de Aplicação João XXIII. Em reunião com a presença de***
15 ***estudantes e diretores de unidade, o Conselho Superior (Consu) aprovou a proposta da***
16 ***administração superior. Por sugestão do diretor do Instituto de Ciências da Vida (ICV),***
17 ***Ângelo Márcio Leite Denadai, caberá à direção do campus avançado a definição de***
18 ***como ficará o funcionamento em Governador Valadares, já que a situação na cidade***
19 ***não é a mesma de Juiz de Fora. As unidades do Restaurante Universitário em Juiz de***
20 ***Fora funcionarão em horário normal nesta sexta e no final de semana com o cardápio***
21 ***readaptado devido ao desabastecimento de gás (opção de dois pães com presunto e***
22 ***mussarela; buffet de salada; proteína de soja e um alimento oleaginoso, além de opções***
23 ***de suco e fruta). As pró-reitorias e unidades acadêmicas vão trabalhar de acordo com***
24 ***as orientações dos respectivos pró-reitores e diretores. Até às 12h de domingo, 27, a***
25 ***UFJF divulgará nota sobre como se dará o funcionamento na próxima semana. Uma***
26 ***reunião do Consu foi convocada para segunda-feira, 28, em caráter extraordinário,***
27 ***para reavaliar a situação.”*** Finalizado o regime de votação, o Senhor Presidente
28 agradeceu ao conselho a deliberação do encaminhamento proposto, e, antes de
29 apresentar a ordem do dia, noticiou as justificativas de ausências dos conselheiros:
30 Flávia Cavaliere, Dimas Carvalho e Girelene Silva, vice-reitora. Comunicou que a
31 professora Girelene Silva está em Governador Valadares hoje, em um evento com
32 representantes do Governo do Estado, em tratativas que estão sendo mantidas para
33 utilizar uma área do Estado, que é a construção do Hospital Regional. Uma parte do
34 hospital será disponibilizada para a UFJF possa implantar uma série de clínicas de
35 atividades práticas, sendo um projeto que tem um impacto e um potencial de solução de
36 problemas muito grande em Governador Valadares e como a agenda foi colocada pelo
37 Governo, explicou que a vice-reitora teve que ir hoje, em caráter emergencial, para
38 aquela cidade. Na sequência, entrou na ordem do dia sobre a proposta de
39 Regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* não gratuitos da Universidade
40 Federal de Juiz de Fora. **Processo nº 23071.024232/0017- 71 – Proposta de**
41 **Regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* não gratuitos da**
42 **Universidade Federal de Juiz de Fora. (Parecer: Conselheiro Lourival Batista).**
43 Prosseguindo os trabalhos, a Presidência, com a palavra, efetuou um resumo do tema,
44 participando a todos que, no mês de novembro do ano passado, a Pró-reitoria de Pós-
45 Graduação e Pesquisa-PROPP, através de uma comissão interna de trabalhos, propôs
46 uma resolução para normatização da pós-graduação *lato sensu*. Essa resolução foi
47 encaminhada para os conselheiros, com a previsão de deliberação pelo Conselho
48 Superior na reunião ordinária do mês de dezembro de dois mil e dezessete. Revelou ser
49 importante dizer que a proposição dessa resolução procura superar uma questão do
50 próprio Conselho Superior que, em 2015, baseado em problemas de natureza jurídica,

1 tinha tomado uma decisão de suspender os cursos de pós-graduação *lato sensu* não
2 gratuitos, até que se tivesse uma segurança jurídica para o reoferecimento desses cursos.
3 No ano passado, o Supremo Tribunal Federal votou uma matéria, que era um debate
4 sobre a possibilidade ou não das universidades oferecerem *lato sensu* pago e o Supremo
5 aprovou essa possibilidade, o que proporcionou, então, a segurança jurídica que havia
6 sido requisitada pelo Conselho Superior para que novamente fossem ofertados esses
7 cursos na instituição. Destacou que, em relação à resolução que a universidade tinha
8 sobre os cursos de pós-graduação, era preciso uma revisão, tanto por aspectos legais,
9 visto haver inconsistências legais naquele documento, quanto por uma avaliação de
10 política administrativa realizada pela Administração. Neste último ponto, asseverou que
11 aquela resolução precisava avançar em alguns princípios que a Administração julga
12 importantes, tais como: maior transparência; maior controle das unidades acadêmicas
13 sobre os cursos de pós-graduação, criação de mecanismos para que a universidade, as
14 unidades acadêmicas e os programas acadêmicos pudessem se apropriar de parte dos
15 recursos gerados, por exemplo. Explicou, então, que foi com base nesses princípios, que
16 foi apresentada a proposta de resolução para discussão no Conselho Superior. Explicou
17 que na reunião do ano passado, foi apresentada como sugestão de encaminhamento que,
18 antes de discutir a resolução, a instituição deveria fazer um debate sobre a possibilidade
19 de a Universidade oferecer ou não esses cursos de pós-graduação pagos. Foi solicitado
20 também que a Reitoria não encaminhasse essa discussão antes de quarenta e cinco dias
21 do início do período letivo, para haver tempo hábil para que esses debates pudessem ser
22 feitos pelas unidades acadêmicas, pelas entidades. Frente a essa situação, a
23 Administração Superior aguardou completar o mês de abril, no qual ocorreria o prazo
24 necessário e requisitado, sendo agendada de acordo com a possibilidade de agendas, a
25 reunião do Conselho Superior, então, para o dia de hoje. Por fim, destacou que,
26 conforme encaminhamento votado pelo Conselho Superior naquela data, será realizado,
27 nesta reunião, um primeiro debate acerca da possibilidade da universidade manter a
28 oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos e, caso o Conselho entenda que
29 sim, em um segundo momento da reunião será realizada a discussão sobre a resolução
30 propriamente dita. Sendo assim, esclareceu que a discussão será realizada em dois
31 momentos e, nesse primeiro momento, será debatido um pouco sobre a oferta ou não
32 dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos. Antes de abrir a pauta para o debate,
33 diante de todo histórico apresentado e pelo compromisso que a atual administração
34 assumiu junto à comunidade universitária, durante o processo eleitoral, oportunidade
35 em que apresentou a proposta de regulamentação dos cursos de pós-graduação *lato*
36 *sensu*, a administração central vai encaminhar a proposta no sentido de manutenção dos
37 cursos, para viabilizar, na segunda parte da reunião, o debate sobre a regulamentação.
38 Realizou um adendo ao assunto, informando que a Pró-reitoria de Infraestrutura-
39 Proinfra estará disponibilizando um ônibus da frota da instituição, a partir das vinte
40 horas, para fazer o trajeto de trazer os trabalhadores para o centro da cidade, visto um
41 temor de não termos ônibus à noite na universidade. Encerrada a exposição, foi aberta a
42 palavra para o debate sendo concedida, pela ordem, aos inscritos para o debate.
43 Manifestaram-se sobre o tema os seguintes conselheiros: 01) **Conselheira Ana Emilia Souza**: Realizou saudações e, após, externou que enquanto representação discente,
45 gostaria de trazer para os conselheiros a reflexão sobre o que representa hoje esses
46 cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos. Disse que, em primeiro lugar, acredita que
47 ele fere inclusive um artigo da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-
48 LDB, que coloca como responsabilidade do poder público a manutenção das
49 universidades públicas, colocando, nesse sentido, a criação de cursos que sejam pagos,
50 justamente para permitir que as unidades tenham arrecadação a partir disso. Entende

que é uma perversão do que comprehende sobre financiamento e manutenção da universidade pública, colocado em um cenário muito cruel para os estudantes, no qual ocorreu uma série de cortes dentro da educação pública, um cenário de sucateamento e possível privatização das universidades públicas. Que a aprovação de cursos pagos representa a abertura de um processo para que se discuta em uma universidade, que perde cada vez mais verbas, a possibilidade de expandir ainda mais esses cursos para manter a instituição e tirar a responsabilidade de financiamento público. Ressaltou que não considera o cenário ideal aquele em que a instituição tenha que se manter em razão da geração de recursos próprios. Defendeu ser importante que os conselheiros e conselheiras presentes reflitam a respeito do assunto, uma vez que o cenário de fundo colocado é o de romper com um projeto defendido historicamente, que é o de uma universidade pública, gratuita e de qualidade. Por mais que possa parecer hoje, uma medida muito progressiva, isso vai trazer consequências cruéis no futuro, corroborada pela crise que está no Brasil hoje, no sentido dos combustíveis, alimentação, assunto discutindo na pauta anterior, todas essas consequências, essas crises só irão se aprofundar por um bom período. Colocou ser necessário ter clareza de que não vai haver mais financiamento para as universidades, lembrando-se da PEC 55 que coloca contingenciamento de gastos por 20 anos e que as universidades irão continuar nesse cenário. Concluiu que a pressão será cada vez maior para que as universidades possam buscar recursos, outras formas de se manter, e que as pessoas não podem acreditar que vai ser a partir desse tipo de política dentro das universidades, porque isso não é política pública e sim política de privatização.

02) **Conselheira Cristina Bezerra:** Relatou que, desde a primeira vez que foi discutido esse ponto de pauta, em novembro, já teve oportunidade de falar várias coisas, e, de lá para cá, várias outras foram amadurecidas no debate com outros diretores, com os estudantes, com a sua unidade. Pediu que constasse em ata a forma como a Faculdade de Serviço Social se posicionou na primeira votação desse ponto de pauta. Destacou que a Faculdade de Serviço Social, como é de conhecimento de todos, convive diariamente com as mais diversas expressões da questão social, da desigualdade e da falta de financiamento público. Ressaltou a falta de responsabilidade pública sob determinadas políticas e da resistência dos trabalhadores a esses cortes, lembrando que os assistentes sociais se posicionam nos mais diversos assuntos que precisam tratar. Então, que gostaria de colocar claramente, respeitando toda posição de todos os outros companheiros presentes, a posição contrária da Faculdade de Serviço Social à existência dos cursos de especialização pagos em qualquer universidade pública. Primeiramente, em razão de terem muito claro o princípio da gratuidade, fazem uma defesa muito grande deste princípio, juntamente com o princípio do financiamento público da educação. Ponderou que acredita que vários argumentos serão utilizados para justificar que os cursos de especialização *lato sensu* são importantes, entre eles o de que se a instituição não oferecer, as universidades particulares irão oferecer, sendo que a UFJF pode oferecer estes cursos, com muito mais qualidade, concordando plenamente com esse argumento. Outro argumento que também imagina que será apresentado é o de que o curso de especialização não institui grau, não emite diploma, emitindo apenas certificado. Citou também outro argumento que deverá ser apresentado neste Consu é o de que as unidades precisam ter um financiamento mais flexível, mais fluido, para poder funcionar com mais excelência. Assim, destacou que várias argumentações serão utilizadas, porém, a Faculdade de Serviço Social entende que esse princípio da gratuidade, seja para certificados, para diplomas, seja para curso de graduação, especialização, ele é um princípio que deve ser defendido, tendo em vista o Brasil e as imensas desigualdades sociais que esse país vive. Então, ressaltou que é com base, primeiro, nesse princípio da gratuidade que vem se posicionar, revelando

1 ainda, sobre a importância de o Conselho estar fazendo esse debate, já estando na
2 universidade há certo tempo, e saber de várias outras resoluções de cursos de
3 especialização pagos que não foram necessariamente discutidos no Conselho Superior e
4 que tinham uma perspectiva muito mais privatista. No entanto, ressaltou que isso não
5 diminui a gravidade de que esse tema esteja sendo discutido hoje. Ponderou, ainda, que
6 entendem que o momento é completamente inoportuno para pensarmos em um
7 financiamento privado para as Universidades, uma vez que já há algumas formas de
8 arrecadação de receita própria e já é de conhecimento, conforme ocorreu no ano
9 passado, dos problemas que as arrecadações de receitas próprias trazem para a
10 instituição, diante do orçamento do tesouro. Desta forma, entendem que o momento
11 político em que o Brasil vive é completamente inoportuno para que essa discussão
12 venha à tona, visto que existe, não só um princípio privatista para universidades
13 públicas, como um princípio de desmonte do financiamento público dessas
14 universidades. Assim, admitir o pagamento, ainda que seja com a máxima regulação,
15 como foi colocado pela Presidência, reconhecendo o esforço feito na minuta da
16 resolução nesse sentido, para garantir o máximo de regulação a esses cursos, porém, que
17 isso não retira a responsabilidade, nesse momento político que nós estamos vivendo no
18 Brasil, de se discutir que a universidade pode arrecadar mais receita própria com esses
19 cursos. Destacou também que a universidade tem uma especificidade de áreas muito
20 grande e que, embora essa resolução apresentada tenha os seus méritos, essa
21 especificidade de áreas para a área das Ciências Sociais, para a área das Ciências
22 Sociais aplicadas é sempre um risco maior, principalmente tendo em vista o perfil
23 socioeconômico dos alunos que são atendidos. Voltou a dizer sobre sua concordância
24 quanto ao oferecimento de cursos de especialização, destacando que a universidade tem
25 condições de oferecer tais cursos, sendo estes melhores do que os das universidades
26 particulares. Asseverou acreditar, uma vez que vem de uma unidade que faz isso há
27 muitos anos, que esses cursos de especialização podem ser oferecidos na condição da
28 gratuidade.

03) **Conselheira Mônica Oliveira:** Saudou a todos e informou ser de
29 conhecimento de todos que cabe a pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa a regulação
30 de toda a área ligada a pós-graduação, tanto *stricto sensu* como *lato sensu*, e tentam
31 fazer isso da melhor forma. Com relação à *stricto sensu* pontuou ser muito mais fácil
32 sua organização em razão da existência de uma agência de fomento, a Coordenação de
33 Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Capes, que de certa forma avalia a todo
34 o momento e mantém em rédeas curtas dos programas. Disse ainda ser interessante ter
35 essa parceria da Capes, apesar das reclamações existentes, visto que ter uma regulação é
36 mais fácil. Com relação a *lato sensu* não existe essa regulação, não existe uma agência
37 Federal que controla, estando a pró-reitoria de pós-graduação e pesquisa pensando
38 sempre no sentido de melhorar os procedimentos, melhorar a operacionalização dos
39 cursos, não só para a oferta de cursos gratuitos ou não, mas para que sejam sempre
40 cursos de boa qualidade, cursos que possam ser avaliados. Que estão sempre pensando
41 no sistema de oferecer sempre o melhor, com a melhor qualidade possível e com relação
42 aos cursos pagos, conforme minuta de resolução que os conselheiros têm em mãos, foi
43 realizado um trabalho árduo, corroborando a fala da Conselheira Cristina Bezerra, no
44 sentido de fazer o melhor. Falou que em nenhum momento estão discutindo o caráter
45 público e gratuito da nossa educação, em nenhum momento estão discutindo fomento
46 público e a obrigação do estado com a educação pública, gratuita e de qualidade. Expôs
47 ser um erro afirmar que abrir as possibilidades de cursos pagos de pós-graduação *lato*
48 *sensu* traduz uma contradição enorme com o nosso princípio fundamental, um principal
49 princípio da sociedade brasileira hoje, um dos principais que é educação pública de
50 qualidade e que isso não foi questionado de forma alguma. Ressaltou que o que

1 realmente foi considerado foram as muitas expertises produzidas nas universidades
2 públicas, com a maior contribuição em termos de ciência dentro do Brasil, e isso sim
3 nos pertencer, isso ser nosso. Então, porque não oferecer para certas áreas em que temos
4 expertises, oferecer esses cursos, para poder sim, dar uma melhor contribuição à nossa
5 sociedade, ao mesmo tempo procurando com isso captar algum tipo de recurso para
6 nossa instituição. Considerou que esse recurso captado não seria recurso para substituir
7 o fomento público, mas simplesmente algo a mais, um recurso a mais, que pode por sua
8 vez, de acordo com os termos da resolução, ser dirigido para os cursos *stricto sensu*,
9 serem dirigidos também para novos cursos de pós-graduação *lato sensu* gratuitos, que
10 também precisam de algum tipo de fomento para ter um mínimo de contrapartida
11 institucional. Então, que existe toda uma ideia, existe um projeto UFJF de *lato sensu*
12 paga. Lembrou que trata-se de um projeto institucional que pode ser construído muito
13 bem, preservando os nossos princípios, mas de uma certa forma também possibilitando
14 um relacionamento com a sociedade, por meio do oferecimento destes cursos, das
15 expertises e que recursos sejam captados para as áreas, aquelas áreas mais carentes,
16 aquelas áreas que não têm produtos, aquelas áreas mais difíceis de captação, mas que
17 têm uma função muito importante para a sociedade brasileira e elas podem continuar
18 fazendo isso muito bem com os cursos gratuitos, que podem funcionar normalmente.
19 Lembrou que, a todo o momento, no Conselho Setorial de Pós-graduação e Pesquisa -
20 CSPP, em quase toda reunião, cursos gratuitos estão sendo montados. Ressaltou que
21 existem vários cursos da UAB gratuitos também, que o papel da unidade é bem
22 desempenhado e que todas as graduações, todos os departamentos da universidade têm
23 uma função enorme para a sociedade com os cursos *lato sensu* e já fazem isso muito
24 bem. Advertiu que estaríamos abrindo então, outro setor, um setor pequeno, mais
25 reduzido, mas que ao mesmo tempo pode nos dar uma captação interessante,
26 importante, salientando ainda, que esse recurso poderá ser usado para fortalecer as áreas
27 que precisam, as áreas de extensão, outros cursos de *lato sensu* e principalmente *stricto*
28 *sensu* gratuito existente, que funciona naturalmente dentro da nossa instituição.
29 Participou a todos que essa é a posição do órgão, e que acredita ser possível construir
30 um caminho, sem necessariamente ter que fazer uma dicotomia entre ensino público e
31 rompimento de ensino público com *lato sensu* paga. Assegurou que essa não é a questão
32 colocada e que ninguém está questionando ensino público gratuito, ninguém está
33 questionando o fomento institucional. 04) **Conselheiro Gilmar Santos:** Cumprimentou
34 a todos, pontuando que se manifesta enquanto diretor de uma unidade que manteve
35 cursos *lato sensu* pagos durante muito tempo, admitindo também que foi por isso uma
36 unidade muito criticada. Relatou os resultados obtidos nesse período, destacando que foi
37 possível oferecer diversos cursos pagos e, fazendo um paralelo com a discussão em
38 curso, declarou conceber ser falsa a dicotomia abordada entre a defesa do ensino
39 público e oferta de cursos *lato sensu* pago. Ressaltou, como já dito pela Conselheira
40 Mônica Oliveira, que colocou que uma coisa não exclui a outra, sendo a Faculdade de
41 Administração e Ciências Contábeis um próprio exemplo disso, unidade que oferece os
42 cursos pagos há muitos anos. Relatou que está na universidade desde o ano de 2006 e,
43 quando chegou, já existia a escola de negócios consolidada, na época Faculdade de
44 Economia e Administração – FEA nesse período, afirmando que a Faculdade de
45 Administração e Ciências Contábeis em momento algum deixou de defender e de lutar
46 pelo ensino gratuito. Pontuou, então, que todos os projetos de expansão, de
47 consolidação do ensino público, a FAC entrou e, de maneira muito forte, citando, por
48 exemplo, a UAB, revelando ser a unidade pioneira no ensino à distância gratuito na
49 universidade, unidade que conta hoje com um curso de administração pública, um curso
50 de ciências contábeis, que também foi criado nesse período. Informou sobre a

1 participação no projeto do campus de Governador Valadares, com dois cursos de
2 administração e ciências contábeis, e da existência de dois mestrados em
3 funcionamento, sendo que um desses mestrados possui vagas reservadas para servidores
4 da universidade. Retratou, também, que o fato de a unidade ter durante o período
5 ofertado esses cursos *lato sensu* pagos, nunca feriu a defesa pelo princípio da gratuidade
6 do ensino público, pelo contrário, sempre que possível a unidade participou desses
7 projetos de fortalecimento do ensino público, da universidade pública. Que isso nunca
8 feriu a dedicação dos professores, as atividades de ensino pesquisa e extensão, tanto que
9 nesse período também, na faculdade, a maioria dos professores se qualificou, fazendo
10 doutorado. Hoje, quase todos os professores da faculdade têm doutorado ou estão
11 fazendo doutorado, e que também implantaram uma agenda de pesquisa que os
12 qualificou para ofertar esses dois cursos de pós-graduação *stricto sensu*, dois mestrados
13 na unidade, que também chegou a ter um programa próprio de bolsa de iniciação
14 científica, único caso aqui na universidade. Também financiou pequenos projetos de
15 pesquisa e de professores para participação em eventos acadêmicos, em congressos,
16 encontros das áreas de administração e ciências contábeis e, nesse período, começou a
17 oferecer cursos de *lato sensu* não pagos, através de três especializações que funcionam
18 desde o ano de dois mil e nove e continuam funcionando até hoje. Reforçou ser uma
19 falsa dicotomia essa defesa de oferecer o curso *lato sensu* pago porque não se estaria
20 lutando pelo princípio da gratuidade do ensino público, visto que, se a instituição não
21 pode oferecer o *lato sensu* pago, tem outras atividades na universidade que são pagas,
22 por exemplo, a cobrança da inscrição para cursos de mestrado e doutorado, cobrança de
23 taxa de inscrição para congressos e outras taxas que são cobradas na universidade
24 também. Estendeu o respeito a quem não quer ofertar, porém pontuou que deve ser
25 mantido o respeito a quem quer ofertar e, aí sim, ser realizada uma discussão de quais
26 são as bases dessa oferta, sendo fundamental a questão da regulamentação muito bem
27 colocada na proposta de resolução. Então, com essas colocações, fez a defesa da
28 aprovação dos cursos *lato sensu* pagos na UFJF. Ato contínuo, a Presidência,
29 novamente com a palavra, conferiu as inscrições realizadas, passando a fala a
30 Conselheira Cristina Bezerra que sugeriu aos conselheiros que, em razão da demanda de
31 inscrições, por uma questão de ordem, tendo em vista a primeira votação, que aqueles
32 que já se sentissem contemplados pelas falas fossem retirando as inscrições, evitando a
33 repetição de argumentos muito parecidos. Dando continuidade à pauta, considerando os
34 inscritos para o debate, manifestaram-se sobre o tema os seguintes representantes: 05) 35) **Conselheiro Rogério Ferreira:** Saudou a todos os presentes declarando que o assunto
36 foi debatido na Faculdade de Letras, que conta com cinquenta docentes, quatorze
37 técnicos administrativos em educação e com a representação discente, e que o
38 pensamento da unidade vai muito ao encontro da fala da Conselheira Cristina Bezerra,
39 da Faculdade de Serviço Social. Falou, anunciando então, se posicionarem contra a
40 oferta de cursos pagos na Universidade Federal de Juiz de Fora. 06) **Conselheira Maria**
41 **Alice Caldas:** Cumprimentou a todos dizendo que também gostaria de fazer um relato,
42 breve, utilizando os três minutos que são concedidos aos conselheiros, para pronunciar
43 que a Faculdade de Fisioterapia também não é contra a oferta de cursos *lato sensu* pagos
44 na Universidade Federal de Juiz de Fora, complementando os argumentos apresentados
45 pelo Conselheiro Gilmar Santos, que a antecedeu. Expôs acreditar que na cabeça dos
46 conselheiros fica a ideia dos cursos de pós-graduação *lato sensu* que tiveram como
47 princípio, arrecadar dinheiro para pagar pessoas e entre aspas, “sustentar uma estrutura
48 da Universidade”. Que isso tem que ser regulamentado, não podendo acontecer, e ser
49 lógico que esse não é o princípio, visto que quando pensamos no serviço público, na
50 educação pública, devemos pensar no quanto esse país gasta por pessoa, *per capita* por

1 ano, por aluno da graduação e não para o aluno de primeiro e segundo grau. Sugeriu que
2 os conselheiros verificassem esses dados, declarando acreditar ser em torno de uns seis
3 mil reais por ano, por aluno, para primeiro e segundo grau e vinte e dois mil para
4 graduação. Manifestou, então, ser esse um valor invertido em sua concepção, entre o
5 nosso país e em alguns países, onde a educação de primeiro e segundo grau ela é
6 pública e muito bem dada e aí sim ser necessário um debate muito grande. Que gostaria
7 de chamar atenção para o que está realmente sendo falado, de curso de pós-graduação,
8 não sendo discutida a questão do ensino público da graduação. Asseverou ser ótimo ter
9 unidades que podem fazer não cobrando, porém considera não ser possível engessar as
10 unidades que queiram fazer, fora dos horários, das quarenta horas dos seus professores.
11 Que algumas pós-graduações precisam acontecer sexta à noite ou sábado e não acha
12 correto professor que trabalha durante as quarenta horas durante a semana, ainda dar
13 aula sexta à noite ou sábado, sem receber nada. Reforçou seu entendimento, que
14 enriquecer com curso de pós-graduação *lato sensu* não é possível, que essa era tem que
15 acabar mesmo, sendo, então, muito favorável à regulamentação desses cursos, com
16 definições sobre para que receber e para que cobrar, com determinação para aplicação
17 desse dinheiro. Se for para pagar uma coisa bem razoável dos professores, de um
18 visitante é uma coisa, agora se for para ficar colocando cadeiras douradas, encapadas
19 nas salas, e muitos cursos de pós-graduação fazem isso, mudam até as cadeiras das
20 salas, não acredita ser necessário esse tipo de gasto. Então, por isso, ratificou ser sempre
21 a favor da regulamentação e não da proibição, advertindo que o que falta nesse país é
22 saber regulamentar, saber ir atrás da regulamentação e fazê-la direito, como manda a
23 regulamentação. Assim, inteirou ser favorável a oferta de cursos pagos na Universidade
24 Federal de Juiz de Fora e, para isso, ser preciso tirar um pouco essa ideia de pós-
25 graduação onde um coordenador ganha absurdamente mais do que um coordenador de
26 uma graduação, ou de uma pós *stricto sensu*, que algumas distorções precisam ser
27 corrigidas perfeitamente na regulamentação. 07) **Conselheiro Pedro Rocha:** Após
28 saudações expressou seu pensamento sobre alguns argumentos colocados, enfatizando a
29 falsa dicotomia mencionada, revelando acreditar que não seja esse o ponto. Explicou
30 que quando se diz que são necessários esses recursos para investir, para ajudar em
31 outras áreas, como a extensão, isso demonstra que estão faltando recursos públicos para
32 essas áreas. Se estiver sendo necessário captar de outro lugar, quer dizer que os recursos
33 públicos não estão sendo suficientes, e parece que a posição é sempre essa. “*Sim, nós*
34 *somos a favor da universidade pública, ‘pero no mucho’, até a página dois*”. Que
35 acredita que existem reflexos deste posicionamento, embora possa parecer no debate,
36 até então realizado, que não vai ser complicado. Levantou a necessidade de se
37 questionar qual vai ser a qualidade desses cursos, lembrando que a universidade tem um
38 papel central na produção de ciência no Brasil, o que apresenta reflexos sobre a
39 soberania e independência do país. Destacou que, além da regulamentação, que
40 considera não resolver tudo, visto que, na realidade, a universidade é teoricamente cem
41 por cento pública, ressaltou que é preciso refletir acerca de qual é o nível de ataque que
42 o mercado faz sobre a universidade pública. Neste sentido, imagina que, com a abertura
43 de uma brecha, mesmo que regulamentada, que o mercado sempre vai encontrar uma
44 forma de contornar esse tipo de regulamentação, não sendo isso nenhuma garantia.
45 Ressaltou, também, que além do fato de desrespeitar não só o caráter público, gratuito e
46 de qualidade, na verdade se desrespeita uma pauta que é a cara ao movimento
47 estudantil, que é o caráter popular da Universidade. Indagou sobre qual o perfil do
48 estudante que vai estar nesses cursos, quem vai produzir ciência e para quem vai ser
49 produzida ciência nesse tipo de curso. Por fim, explanou que o que parece ser um bem,
50 e pode não parecer um grande problema agora, é na verdade o começo do fim, não

1 sendo possível acreditar que isso é pontual. Reafirmou a posição do Diretório Central
2 dos Estudantes – DCE contrária aos cursos de pós-graduação pagos, assegurando que a
3 universidade tem que ter o ensino público, tem que ser cem por cento gratuitos e que
4 isso é muito claro para o movimento estudantil, conforme as falas já apresentadas. 08)
5 **Conselheira Raquel Fett:** Cumprimentou a todos novamente e, inicialmente, destacou
6 que é importante deixar claro que ninguém está querendo desmerecer o trabalho
7 realizado para a regulamentação destes cursos. Ressaltou saber que existem pessoas
8 muito qualificadas que estão se empenhando para, através da regulamentação, visando
9 impedir que seja cobrado de qualquer maneira, que o dinheiro venha a ser destinado
10 para qualquer lugar, reconhecendo totalmente esse esforço. Ponderou não se tratar de
11 uma questão de ataque pessoal e que o que a regulamentação tenta fazer é conciliar o
12 inconciliável. Que acredita não ter como conciliar esses interesses, visto que quando se
13 fala de universidade pública, primeiro tem que se pensar no princípio da universalidade,
14 que é o básico e um tipo de abertura para qualquer tipo de arrecadação, querendo ou
15 não, independente da nossa boa vontade, independente do trabalho realizado, vai abrir
16 brechas, sejam objetivas, sejam subjetivas, na articulação política daqueles grupos que
17 tentam desmantelar a universidade pública. Pontuou sobre absurdos falados no âmbito
18 institucional, exemplificando a cobrança de estacionamento, cobrança de mensalidade
19 para os estudantes de famílias com melhor situação financeira, de não repasse do
20 subsídio relativo ao restaurante universitário para esses estudantes que têm uma situação
21 financeira melhor, que rompem com o princípio da universalidade, ou seja, o direito da
22 universidade pública, do ensino público, do serviço público é direcionado para aqueles
23 que não têm condições de pagar e isso usando o nome da universidade pública.
24 Asseverou ser gravíssimo, assustador, sintomático que essa pauta seja tratada com tanta
25 normalidade, como se com a regulamentação fosse ficar tudo bem, quando entende que
26 não vai ficar. Ressaltou não ser alarmismo, não ser uma teoria da conspiração. Salientou
27 ser muito importante ressaltar que mesmo que haja essa boa intenção de garantir que o
28 melhor conhecimento seja produzido na universidade, que a instituição ofereça esses
29 cursos porque senão as universidades privadas irão oferecer com uma qualidade melhor,
30 ser preciso questionar que tipo de qualidade é essa e para quem seriam esses cursos de
31 referência e de qualidade, quem poderia pagar por esse tipo de conhecimento. Que a
32 universidade pública não é para quem pode pagar e se, hoje, a pessoa quer fazer uma
33 especialização, seja aluno ou professor, ela precisa pagar, ir para a iniciativa privada,
34 entende que as coisas estão sendo colocadas nos lugares errados. Destacou que quando
35 se fala em direito a especialização, esse deve ser um direito de todos e não somente de
36 quem pode pagar. Apontou que quando se faz uma discussão completamente focalizada
37 em nós mesmos, uma discussão ensimesmada, como se não tivesse influência de fatores
38 externos, que são claramente com viés privatistas; e que quando se tenta conciliar esse
39 viés privatista, que vem de fora, com as boas intenções deste Conselho, a gente está
40 dando um tiro no pé. Que quando se reproduz esse discurso estamos concordando com
41 aquele discurso do Michel Temer, quando ele assumiu o governo ilegítimo, falando
42 sobre crise, que administrar um país é igual administrar uma casa, a gente precisa
43 apertar os cintos e tudo mais, quando uma família esta numa situação financeira de
44 crise, pai, mãe e filho vão fazer “bico”, e não temos que fazer “bico”, não sendo essa a
45 lógica, sendo muito triste e revoltante isso. Por fim, que quando se posiciona deste jeito,
46 pode parecer que estão sendo radicais, utópicos. Revelou ser importante lembrar que ser
47 radical não é ser inconsequente e sim ir até a raiz do problema. Ressaltou que a raiz do
48 problema é a cobrança de qualquer tipo de mensalidade, a cobrança qualquer tipo de
49 inscrição e inclusive inscrições para seminários, para congresso, destacando que o que
50 se defende é que seja tudo gratuito e que a universidade tenha condições de manter tudo

1 isso gratuitamente. Que sabe que cobrar dez reais de uma inscrição para um seminário é
2 totalmente diferente de cobrar mensalidades para um curso de pós-graduação, pedindo
3 ponderação quando se fizer comparações. Por fim, ressaltou ser essa a posição do
4 Diretório Central dos Estudantes, destacando não ser possível usar meias palavras, não
5 tendo como conciliar o que é inconciliável. 09) **Conselheiro Márcio Sá Fortes:**
6 Expressou ser uma tarde histórica na universidade, uma votação histórica, tanto que a
7 casa está cheia e, há bastante tempo, não se via um quorum tão grande nesse conselho.
8 Relembrou o questionamento apresentado na reunião de novembro sobre o assunto e,
9 novamente, apresentou a indagação acerca da autoria da redação do texto, o contexto
10 existente à época e quais foram os agentes envolvidos na construção do regimento.
11 Ressaltou que para entender o documento é preciso entender o contexto da produção
12 desse documento e seus autores. Pediu licença para a professora Mônica Oliveira para
13 discordar, respeitosamente, e afirmar que sim, o que se está discutindo, hoje, com essa
14 regulamentação, é a gratuidade no ensino, é sim o financiamento público de ensino,
15 como brilhantemente colocaram a Conselheira Raquel Fett e o Conselheiro Pedro Rocha
16 que o atenderam. Que também discorda das posições que disseram está sendo criada
17 uma falsa dicotomia hoje na discussão da nossa universidade, sobretudo a discussão no
18 contexto tão conturbado como nós estamos vivendo hoje, inclusive com aceno de várias
19 instituições internacionais recomendando o fim da gratuidade do ensino superior e
20 questões do gênero e pressões de setores conservadores da nossa sociedade. Manifestou
21 surpresa quando na reunião anterior que discutiu o tema, alguns conselheiros se
22 posicionaram contrários à retirada do tema, por uma questão básica de mercado, em que
23 se não aprovassemos essa resolução, outras universidades que estão na nossa frente e
24 iriam conseguir ocupar esse mercado, esse nicho, querendo assim, colocar uma
25 discussão mercadológica. Declarou também ser bastante falsa qualquer afirmação de
26 que se nós não ocuparmos esse espaço agora, de uma pós-graduação paga, quem vai
27 ocupar esse espaço é a Universidade Salgado de Oliveira – Universo ou a Estácio de Sá,
28 que são quem se preocupam e já ocupam este espaço há muito tempo. Também com
29 relação à Universidade Aberta do Brasil – UAB, que realmente é gratuita, na qual o
30 aluno não paga por nenhum curso, mas que é praticamente uma universidade paralela
31 dentro da nossa universidade, tanto que não consta na matriz orçamentária, sendo regida
32 por editais, por bolsas pagas aos professores e aos coordenadores. Lembrou de más
33 gestões anteriores, estando inclusive o Centro de Educação a Distância da Universidade
34 Federal de Juiz de Fora – Cead passando por auditoria, que utilizaram esses recursos,
35 esses financiamentos de uma forma não republicana, de uma forma privada. Que o
36 cerne dessa discussão é sim a universidade pública, o ensino gratuito. Ressaltou que
37 debater formas de financiamento, a continuidade ou não do ensino público, gratuito e de
38 qualidade é a porta de entrada para privatização do nosso ensino. 10) **Conselheira**
39 **Marina Castro:** Saudou a todos explicitando ter pedido a inclusão do assunto na
40 reunião do Conselho de Graduação – Congrad, que ocorreu na data de ontem, por
41 entender que era um tema polêmico, com posições divergentes, porém que não
42 conseguiram realizar o debate por falta de quorum. Então, apesar da sua posição pessoal
43 contrária, que gostaria de registrar, entende que representa o Conselho de Graduação e
44 como o debate não foi realizado, isso inviabiliza uma posição sua enquanto
45 representante do Conselho de Graduação. De todo modo, destacou que a Conselheira
46 Cristina Bezerra já colocou a posição da Faculdade de Serviço Social e que também
47 gostaria de deixar registrado sua posição contrária, junto com os argumentos que
48 defendem a universidade pública, gratuita. 11) **Conselheiro Pedro Cuco:**
49 Cumprimentou a todos os conselheiros e conselheiras abordando acreditar que um
50 elemento que falta na análise dessa resolução é o fato de no ano passado o Congresso

1 Nacional ter rejeitado uma proposta de emenda à constituição, que autorizaria as
2 universidades públicas cobrarem os cursos de pós-graduação *lato sensu* e aí sim abrir
3 uma brecha constitucional ao ensino público, que até então não era prevista nenhuma
4 exceção ao princípio da gratuidade. Pouco tempo depois dessa rejeição, dessa PEC, que
5 inclusive tentou tachar os mestrados profissionais, tentou tachar os cursos de extensão,
6 o Supremo Tribunal Federal - STF decidiu que o princípio da gratuidade que se aplicava
7 em sua essência ao ensino em estabelecimentos oficiais, não se aplicaria aos cursos de
8 pós-graduação *lato sensu*, então o STF utilizou uma estratégia, que para muitos é
9 condenável, que é avocar a competência do Congresso Nacional, que foi quem
10 estabeleceu o princípio da gratuidade do ensino. Hoje, então, não existe uma questão do
11 STF, que é quem diz o que é a Constituição, feliz ou infelizmente, nos deixando essa
12 possibilidade de hoje escolher se pode ser gratuito ou não. Prosseguiu que, levando em
13 consideração a literalidade da Constituição, se tentarmos retomar o que esse princípio
14 significava, na época da sua aprovação, era a gratuidade total e hoje o que estamos
15 vendo é simplesmente uma técnica enviesada de se alterar uma norma pela instância que
16 não é a devida, pelo Supremo Tribunal Federal em detrimento do Congresso Nacional.
17 Ressaltou que quando se observa os debates que ocorreram dentro da câmara, nas
18 audiências públicas, a despeito aqui das opiniões favoráveis à cobrança, várias outras
19 posições foram levantadas e assustariam as pessoas que defendem o fim da gratuidade,
20 porque isso foi colocado justamente como uma tentativa de suprir financiamento, que
21 depois seria estendido, ou seja, trata-se de uma coisa mais ampla. Que também gostaria
22 de deixar sua fala de que essa experiência da pós-graduação paga não é recente na
23 universidade e, mesmo assim, nesses debates que estão sendo feitos não se avaliou quais
24 foram os impactos que ocorreram anteriormente. Disse, por exemplo, que vários cursos
25 de pós-graduação *lato sensu* já foram ministrados e não foi avaliado se as unidades que
26 ofereceram esses cursos apresentavam um número satisfatório de projetos de pesquisas,
27 de projetos de extensão. Retomou o histórico de faculdades, de cursos que custaram a
28 ter um programa de pós-graduação *stricto sensu* a despeito de terem vários cursos de
29 pós-graduação *lato sensu*, não querendo aqui colocar que isto é uma regra, porque não
30 temos esses dados para se debater. Dentro deste contexto, indagou aos presentes como
31 que se vai aprovar estes cursos, sem que se tenha em mente o quê que isso reverberou
32 para Universidade nos cursos que existiam, colocando em comparação com os cursos
33 gratuitos. 12) **Conselheira Pâmela Julião:** Saudou a todos colocando que sua fala vai
34 ao encontro das falas que externaram preocupação com o fim da gratuidade da pós *lato*
35 *sensu* e que gostaria de fazer um breve relato sobre o que ocasionou essa possibilidade
36 para permitir a discussão em tela. Registrhou que antes existiam ações individuais e que
37 foi através de uma ação individual, que envolvia a Universidade de Goiás, que isso
38 chegou até ao STF. O argumento mais corrente para uma pós *lato sensu* paga é de que
39 seriam necessários recursos, previstos no orçamento da universidade, para cobrir os seus
40 custos, o que não acontece, uma vez que aos cursos de extensão não se destina nenhum
41 tipo de apoio, exigindo que sejam autossustentáveis. Nossa texto constitucional fala
42 sobre as três dimensões indissociáveis, que são ensino, pesquisa e extensão, o que está
43 previsto inclusive no próprio Estatuto da UFJF. No entendimento do Ministro Edson
44 Fachin, que foi o relator do processo que envolveu a Universidade de Goiás e abriu
45 precedente, que teve a repercussão geral, ele disse que a pós-graduação *lato sensu*
46 encaixa-se na terceira categoria, ou seja, extensão. E que a prática de extensão é
47 separada das atividades principais de ensino e realizadas em parceria com as sociedades,
48 sendo, portanto, passíveis de cobrança, no entendimento dele. A Universidade de Goiás,
49 por sua vez, usou um argumento de que os cursos de *lato sensu* não estão inclusos nos
50 dispositivos constitucionais que garantem o direito à educação pública, gratuita, isso

1 porque, de acordo com a Constituição, esses cursos atendem a interesses individuais de
2 alunos, como aprimoramento profissional e não dão retorno social. Ponderou que se
3 pensarmos sobre o tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão, os trabalhos
4 desenvolvidos nesses cursos de aperfeiçoamento e *lato sensu*, eles não têm qualquer
5 destinação social? Questionou, ainda, se o fato de um curso *lato sensu* gerar para a
6 pessoa um certificado e não diploma, como um graduado, como mestre ou como doutor,
7 isso garante que não está tendo nenhum reflexo social? O que garante que um graduado,
8 um mestre, um doutor formado pela Universidade Federal de Juiz de Fora irá exercer
9 um trabalho que tem algum retorno social? Nesse sentido, destacou que o público que
10 vem para a Universidade, seja para se graduar, seja para ter uma especialização, seja
11 para ter o título de mestre, doutor, ou pós-doutor, ele vem, primeiramente, por um
12 interesse individual e, depois, por toda essa questão social. Ressaltou, contudo, que isso
13 é um reflexo que acredita que a própria Universidade não tem condição de acompanhar.
14 Para finalizar, enfatizou sobre a questão do orçamento da universidade, pauta inclusive
15 de recentes discussões, principalmente em relação à questão da receita própria, situação
16 lembrada pela Conselheira Cristina Bezerra, quando falou sobre o Caed, em que as
17 receitas próprias que tem gerado impacto em lançamentos do próprio MEC na
18 distribuição para as universidades. Então, que isso é sim uma preocupação, na medida
19 em que o próprio governo não leva em consideração que o dinheiro arrecadado pela
20 universidade é usado na própria gestão desses projetos, que isso é uma preocupação,
21 sim, e que fica a preocupação também de qual que é o público-alvo desse curso pago,
22 por que temos que lembrar que vivemos numa sociedade desigual e mesmo antes de
23 cotas, ou de políticas públicas, a universidade gratuita sempre foi uma porta para que
24 essas pessoas de baixa renda, que não podem pagar por uma instrução, possam chegar a
25 obter esses títulos, esse aprendizado. Lembrou, ainda, que no julgamento da ação da
26 Universidade de Goiás, o Ministro Gilmar Mendes, defendeu a ampliação da cobrança
27 da mensalidade para mestrado e doutorado, sobre a justificativa de que a maioria dos
28 estudantes que fazem pós-graduação *stricto sensu* são de classe média alta. Finalizando
29 sua fala, a conselheira sugeriu que se tenha cuidado com esse discurso, o qual, segundo
30 a mesma, é vendido, inclusive, pela grande mídia, até mesmo quando se defende a PEC.
31 13) **Conselheira Alice Monteiro Mayer:** Realizou novas saudações revelando fazer
32 uma manifestação em nome do Sindicato dos Professores da Universidade e do Instituto
33 Federal. Primeiramente que gostaria de fazer uma saudação a esse conselho, no sentido
34 de ter criado a condição para estarmos fazendo essa discussão, especialmente aqueles
35 que muito insistiram para que essa discussão ocorresse. Claramente há o entendimento
36 da Apes de que o pagamento da pós-graduação fere o caráter público da universidade,
37 apesar do reconhecimento pelo STF da possibilidade de que isso ocorra. Fere o
38 princípio fundamental de direito à educação pública, gratuita e de qualidade, e
39 prioritariamente, socialmente referenciada. Falou sobre uma previsão na minuta de
40 resolução proposta pela Pró-reitoria de Pós-graduação, uma consideração que diz que a
41 atividade de ensino será prestação de serviço. Que é trabalhadora, servidora pública
42 dessa instituição, que não presta serviços, não se enquadra como prestadora de serviços.
43 Ressaltou que possui um trabalho de construção acadêmica, científica e de produção do
44 conhecimento. Que entende que há claramente, por essa possibilidade de pagamento,
45 um processo determinado de elitização da pós-graduação. Lembrou que, em algum
46 momento no final do ano passado, em meados de novembro, a pró-reitoria de pós-
47 graduação e pesquisa emitiu um memorando ao conselho e lá está apontado o esforço
48 feito para que fossem destinados recursos, o esforço feito na elaboração da minuta da
49 resolução, que prevê o pagamento das pós-graduações e formação continuada. Explicou
50 que nesse memorando a Propp aponta o esforço que foi feito para que houvesse

1 destinação de recursos para os outros cursos de pós-graduação não pagos. Nesse
2 sentido, a Conselheira reafirmou que quem deve destinar recursos para as atividades da
3 universidade é o Estado e que não são poucos os cursos não pagos, que, inclusive,
4 caracterizam a maioria dos cursos. Que nesse memorando encaminhado pela Pró-
5 reitoria de pós-graduação e pesquisa existe a referência quanto à existência de apenas
6 doze cursos não pagos, memorando que foi encaminhado como anexo para convocação
7 para essa reunião. Finalizou pontuando que as universidades privadas é que devem se
8 dedicar a esse processo, como têm se dedicado. Ressaltou que universidade pública não
9 concorre, não na concorrência de mercado, porque a universidade pública não quer
10 concorrer no mercado da educação. Finalizou ressaltando que a defesa da Apes é por
11 um princípio, não é por uma proibição. 14) **Conselheiro Victor Victor:** Expressou seu
12 desejo de lembrar o papel dos representantes enquanto conselheiros desse Conselho
13 Superior, apesar de algumas disparidades como a proporção de representação estudantil,
14 de técnicos administrativos em educação da universidade e a falta de representação dos
15 estudantes de pós-graduação dentro desse conselho. Ressaltou que aqui os conselheiros
16 representam todos os setores da universidade, todos os grupos, e não um pensamento
17 individual. Nesse sentido, saudou o posicionamento da Conselheira Marina Castro e a
18 parabenizou pela abstenção, fazendo um apelo para que esse posicionamento seja
19 levado em conta na votação pelos outros companheiros do Congrad, visto ser muito
20 complicado se posicionar sobre um tema, representando um conselho, sendo que isso
21 não foi discutido em assembleia, deixando, assim, esse apelo para os conselheiros que
22 representam o Conselho de Graduação. 15) **Conselheira Schirley Policário:** Saudou a
23 todos relatando que, por exemplo, em um ano de curso em Governador Valadares,
24 graças a recursos da pós-graduação da Faculdade de Administração e Ciências
25 Contábeis - FAC, foi possível conseguir realizar um congresso para quase setecentas
26 pessoas da região de Governador Valadares e que, depois disso, não foi possível realizar
27 mais nenhum evento desse tipo. Neste contexto, ressaltou que a possibilidade de termos
28 uma pós-graduação paga pode favorecer congressos, pode favorecer eventos que
29 atendam não somente aos alunos da universidade, mas também aos alunos de
30 instituições particulares e também de outras cidades circunvizinhas. Sugeriu que na hora
31 que os conselheiros fossem votar pensassem em votar a favor da regulamentação e que
32 cada unidade possa definir, ter autonomia de escolher se vai ter ou não cursos pagos e
33 que, por exemplo, o seu voto enquanto representante de Governador Valadares é de
34 apoio à pós-graduação paga. 16) **Conselheira Cristina Bezerra:** Comunicou que sua
35 segunda fala seria rápida, dizendo que reforça a condição de respeito que tem por todas
36 as unidades acadêmicas e pela autonomia que todas as unidades acadêmicas têm para
37 tomar as suas decisões as suas posições, no entanto, que esse não é o conselho de uma
38 ou outra unidade acadêmica, que esse é o Conselho Superior da Universidade Federal de
39 Juiz de Fora e, enquanto representantes, todos precisam pensar na universidade e não
40 em cada unidade, especificamente. A segunda coisa que queria dizer é que realmente
41 não entende esse termo, falsa dicotomia, que se querem mentir para ela, tudo bem, se
42 querem enganar outras pessoas, tudo bem, mas o fato é que, não se pode enganar a si
43 mesmo. Que a verdade é que existe uma dicotomia entre você defender uma
44 universidade pública, gratuita e, no meio de tudo, de todas as atividades públicas e
45 gratuitas, serem colocadas atividades pagas, existindo sim, uma contradição, que existe
46 uma contradição nesse termo. Então, que não é uma falsa dicotomia, é uma dicotomia
47 verdadeira, e mais do que uma dicotomia, uma contradição. Que talvez possa ser que
48 não esteja entendendo o que as pessoas estão dizendo com isso, pode ser inclusive que
49 não esteja entendendo porque vem de uma unidade onde são oferecidos dentro da grade
50 curricular, dentro do plano individual de trabalho de cada professor, três cursos de

1 especialização gratuitos. Que vem de uma unidade acadêmica onde a inscrição para a
2 seleção de mestrado é gratuita, não existindo cobrança para inscrição no mestrado; que
3 vem de uma unidade acadêmica onde todos os eventos realizados pela unidade tem
4 abertura universal e não cobra nenhum tipo de inscrição pelos eventos. Registrou se
5 tratar de uma faculdade pequena, mas que isso não a faz menos importante nesse
6 conselho, da mesma forma que não entende a contradição na qual se gasta com ensino
7 superior e não com ensino básico e fundamental, como fizéssemos uma opção por um
8 ou por outro. Exprimiu acreditar que a própria história da universidade, da educação no
9 Brasil já demonstrou que não dá para escolher um ou outro para investir e que isso
10 quem falava eram os neoliberais. Quanto ao fato de o STF ter aprovado, declarou que
11 ultimamente tem discordado muito das posições do STF e que o que de fato precisa ser
12 dito é a verdade. O porquê cobrar pelo curso de especialização, por qual motivo
13 precisamos cobrar por cursos de especialização se eles podem ser gratuitos e temos
14 prova disso. Que nenhum professor pode acreditar que é recebendo a bolsa ou a hora
15 aula do curso de especialização que ele vai resolver seus problemas financeiros, porque
16 isso é um problema da carreira, então, que é preciso resolver é com os nossos espaços
17 de organização; que ninguém pode acreditar que as unidades acadêmicas vão se manter
18 com recurso de curso especialização pago. Encerrou dizendo que estamos, ao fazer a
19 opção pelos cursos pagos, estamos sim nos posicionando com uma condição de
20 favorecer a desigualdade dos nossos alunos, pois se em um curso com quarenta alunos
21 de graduação, ao final quando eles se formam apenas dez podem pagar pela
22 especialização, quando esses quarenta forem para o mercado de trabalho, a instituição
23 favoreceu os dez que puderam pagar pela especialização e estarão à frente dos outros
24 trinta. Não devemos nos enganar e dizer que está tudo bem, porque estamos fazendo
25 uma opção para UFJF e para a educação superior de uma forma geral. 17) **Conselheira**
26 **Ana Emilia Carvalho:** Inteirou que mais importante do que prestar atenção ao próprio
27 texto é preciso nos atentarmos aos termos utilizados na argumentação em relação a pós
28 graduação paga, porque eles refletem umas coisas, como no sentido de
29 “autossustentáveis” ou o termo sobre “arrecadar mais recursos” e outras coisas assim,
30 que são reflexos, não afirmando aqui que é o que os companheiros conselheiros que
31 estão defendendo pensam, mas é que um reflexo de uma discussão, de uma coisa que
32 paira sobre a consciência das pessoas dentro da universidade, de uma política neoliberal,
33 que vem sendo aplicada dentro das grandes universidades públicas desde a década de
34 1990. Política que coloca para a instituição a lógica gerencial da educação, em que se a
35 pessoa está numa instituição pública é ela quem vai ser responsabilizada pela
36 manutenção dela, colocando também que a crise que existe hoje no ensino público tem a
37 ver com a crise de gestão, quando conforme já citados por vários conselheiros inclusive
38 exemplos de coisas que foram feitas com recursos das pós-pagas, só corroboram a
39 certeza de que faltam recursos para a universidade pública. Questionou sobre o que vai
40 ser feito, qual vai ser a resposta para isso, se serão exigidos mais recursos ou aprovada
41 uma pós-graduação paga para conseguir manter essas coisas. Que se assim for, estarão
42 fazendo uma escolha errada, que o Conselho tem que fazer uma escolha política e está
43 fazendo uma escolha errada, votando pelas pós-graduações pagas, dividindo inclusive a
44 universidade em dois segmentos, um formado por aqueles que podem pagar por uma
45 pós-graduação e outro por aqueles que não podem pagar e terão que fazer outros cursos
46 de pós-graduação. Citou alunos que não têm possibilidade de pagar para participar em
47 congressos e atividades da universidade que custam dez reais, estudantes que não
48 podem pagar um real e quarenta centavos para comer no restaurante universitário.
49 Salientou que o perfil social de quem está hoje na universidade mudou e que não se
50 pode continuar fazendo política na universidade para o setor de classe média-alta,

1 porque não é essa a composição da universidade, que discute subsídio para as pessoas
2 poderem pagar por alimentação no restaurante universitário. Que a universidade precisa
3 garantir a participação em todos os espaços e instituir uma pós-graduação paga é limitar
4 o espaço de inserção dos estudantes dos setores mais baixos da classe média e dos
5 setores populares na universidade. Concordou com o assunto abordado por alguns
6 conselheiros que citaram o fato de que é um absurdo que muitos professores tenham que
7 cumprir mais das quarenta horas para dar aula para pós-graduação e sem receber hora
8 extra. Ressaltou que isso tem a ver com o fato de que hoje a carreira dos professores foi
9 achatada. Lembrou que é preciso analisar esta questão a partir de um contexto histórico
10 e que quando se fala sobre a carreira docente, sobre essa complementação de renda, na
11 verdade tem que ser discutida a própria carreira docente, porque considera cruel que o
12 professor tenha que fazer opção de dar aula dentro da pós-graduação paga para poder
13 complementar o salário. Ressaltou que isso é uma inversão de valores que não pode ser
14 feita e que não podemos concordar com isso. 18) **Conselheira Aline Passos:**
15 Cumprimentou a todos os conselheiros e conselheiras lembrando que na universidade há
16 mais de vinte anos esses cursos de pós-graduação *lato sensu* existem, são oferecidos,
17 não sabendo precisar em que número eles eram oferecidos exatamente, revelando,
18 ainda, que na Faculdade de Direito, em média, quando eram oferecidos, existiam cerca
19 de dois a três cursos e que já teve período de ter apenas um, mas sempre com algum
20 curso em andamento. Pontuou que entende muitas falas realizadas aqui no sentido de
21 que a gratuidade do ensino deveria se dar em todos os setores; falando também que a
22 posição do Supremo Tribunal Federal, não dizendo que é a melhor do mundo, ela
23 procura não incluir na compreensão do ensino a atividade desenvolvida na pós *lato*
24 *sensu* e daí tentando justificar a ideia de que poderia fundamentar a cobrança do curso,
25 porque os orçamentos que estão destinados à universidade seriam para as finalidades de
26 ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, não haveria espaço para
27 aplicação dessas verbas na pós *lato sensu*. Registrhou sobre as falas realizadas no sentido
28 de que isso provocaria uma desigualdade entre os alunos, não questionando esse ponto,
29 mas também observou que nas falas que foram apresentadas ao STF no julgamento do
30 Recurso Extraordinário com repercussão geral sobre essa cobrança, pelas quais tivemos
31 falas importantes, de instituições de relevância nacional como a Andifes, por exemplo, e
32 outras entidades, a favor da pós-graduação pagas. Lembrou que em Juiz de Fora existem
33 oito Faculdades de Direito privadas e uma pública e que nem todo mundo pode ter
34 acesso a ela. Nesse sentido, explicou que o curso de pós-graduação sempre foi muito
35 procurado por outras pessoas que também estavam se graduando nesses outros cursos,
36 com a perspectiva de ter, de fato, talvez em um ensino com mais qualidade, mais acesso
37 à universidade. Que é a favor de que esses cursos tenham e ofereçam bolsas a fim de
38 possibilitar a ampliação desse acesso, que já era ampliado aos servidores, visto que
39 existia um percentual destinado aos servidores para capacitação. Ressaltou que os
40 cursos cumprem um papel social, ainda que isso seja questionado, ainda que se entenda
41 que a política público-privada não seja a ideal, não seja o modelo que se queira adotar,
42 mas que o assunto é complexo e polêmico, porque essas iniciativas e parcerias se fazem
43 cada vez mais presentes. Que os cursos de pós-graduação pagos nunca sustentaram a
44 universidade e nunca irão sustentar, até porque a defesa que se faz aqui, conforme
45 apresentado pela Pró-reitoria de pesquisa, não foi no sentido de desfigurar a gratuidade
46 do ensino. A questão que precisa ser colocada é se é possível trabalhar com a ideia e a
47 lógica das parcerias público-privadas ou não. Completou asseverando saber que o
48 momento é péssimo, pelo histórico da universidade e pela diversidade em que a gente
49 vive na universidade, porque não adianta cada um pensar na sua unidade, reconhecendo
50 que estamos em uma universidade da diversidade. Pontuou que não vê o oferecimento

dos cursos de pós-graduação lato sensu pagos como algo ruim. Esclareceu que pelo histórico, pela experiência vivenciada e por todas as questões já expostas, entende que esses cursos não vão des caracterizar o que já havia e o que permanecerá. 19) **Conselheiro Álvaro Quelhas:** Primeiramente se colocou ao lado daqueles que rejeitam os cursos pagos, dizendo que a Faculdade de Educação vota contrariamente a estes cursos, destacando que em sua unidade existe uma história de defesa da educação pública gratuita, lembrando ao plenário que há doze milhões de analfabetos no Brasil ainda hoje, no século XXI, e que isso decorre exatamente pela ausência de financiamento público na educação. Que também gostaria de lembrar que não é a educação superior brasileira que tem muito dinheiro e sim a educação fundamental que tem pouco, os dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostram que não se gasta demais na educação superior e sim se gasta pouco na educação, então, que isso é um equívoco enorme. Falou que há uma brutal contradição e que não adianta fugir disso. Ressaltou que lamenta que esse debate esteja sendo feito até aqui, só aqui e não ampliadamente. Pontuou que este debate nunca foi feito porque aqueles que sempre defenderam nunca quiseram fazer o debate, ressaltando ser esta a verdade. Invocou sua militância de vinte anos na APES, local em que essa discussão sobre o pagamento de mensalidade sempre esteve presente. Protestou que não há uma falsa dicotomia e sim uma brutal contradição, dizendo acreditar que a Constituição já não está valendo nada. Explicou que, embora não seja da área do Direito, entende que o STF tomou o papel do Congresso e deu uma interpretação. Também declarou aos colegas que o artigo 208 da Constituição, que fala do dever do Estado com a educação, só garante a gratuidade no ensino fundamental, então que, por coerência, a pergunta que se faz ao defendermos a não gratuidade, não estaria também atingindo o ensino superior. Ressaltou que defende o princípio da gratuidade na linha da universalidade, gratuidade desde a pré-escola até o ensino superior, falando ainda sobre o problema de desemprego altíssimo, então, que aquele desempregado não é o só desempregado, é nosso ex-aluno desempregado, indagando em que cota ele entraria, se nas três vagas que vamos liberar. Que pensa que a questão do liberalismo e do neoliberalismo, que veio nos anos 1990, foi avassalador, provocando mais concentração da riqueza, mais miséria, que é o que se vê pelo mundo todo. Retomou a defesa do princípio da gratuidade, como as Conselheiras Marina Castro e Cristina Bezerra explanaram, falando de uma outra perspectiva de sociedade, de outra perspectiva completamente diferente, porque a lógica de quem pode pagar é aquela que vai contribuir para uma estratificação da sociedade. Reforçou sobre a existência dos cursos pagos que antes eram feitos à margem a lei, em que se estava burlando a lei, tanto é que o Supremo Tribunal barrou e em determinado momento voltou atrás. Destacou a questão do regime de trabalho dos professores, retomando quando foi chefe de departamento por quatro anos e que quando ia preparar o horário nenhum “Santo Professor” queria dar mais de oito horas por semana, contudo, para dar aula na pós-graduação paga se disponibilizavam, inclusive nos sábados e domingos. Lembrou que desta forma a população pode perguntar: se ele pode dar aula extra no sábado e domingo, porque que ele não dá aula extra na graduação e aumenta o número de vagas dos alunos, duplicando a disciplina dele, mudando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB)? Que também é uma contradição brutal se recebemos através de bolsas e não pagamos o imposto de renda sobre elas, quando o povo trabalhador paga pelo arroz, paga pelo feijão, ele paga na hora do consumo aquele imposto. Assim, que respeita quem é a favor, porém que gostaria que a posição contrária também fosse respeitada, uma vez que ela tem fundamento histórico, científico e sociológico, não sendo apenas uma questão de má vontade ou de ver as coisas de forma enviesada. Reafirmou e pediu que constasse em ata que a Faculdade de Educação

1 vota “não” e, por último, que esse voto também não significa que a proposta de
2 regulação apresentada pela administração seja suficiente no entender de sua unidade.
3 20) **Conselheira Marise Mendes:** Abordou que foi realizada uma reunião da
4 congregação na data de ontem e que não houve uma posição unânime sobre o assunto,
5 em que pese a Faculdade de Comunicação já ter trabalhado com várias especializações
6 em anos anteriores. Afirmou reconhecer os avanços que essa resolução apresentada tem
7 em relação a que vigorava anteriormente, mas que a Faculdade de Comunicação
8 também se posiciona contra as especializações pagas. 21) **Conselheiro Hélio Antônio:**
9 Saudou a todos e todas revelando ter até pensado em não falar, porém que não poderia
10 se furtar, apresentando seu respeito a opinião dos demais conselheiros que são contra,
11 tendo inclusive gostado muito das falas, entendendo a posição dos alunos que foram
12 bastante eloquentes e que, nessa idade, as pessoas têm que realmente acreditar nisso e ir
13 a frente. Porém que o mundo nos reserva coisas muito mais graves que isso, indagando
14 a mesa sobre um evento que está ocorrendo em Salamanca, na Espanha, quarto encontro
15 internacional de reitores, com cem representantes do Brasil, com o tema “Desafios da
16 universidade para o século XXI”, noticiando que a universidade do jeito que
17 conhecemos hoje vai mudar, infelizmente. Que com esse teto de gastos colocado
18 durante vinte anos, entende que a aproximação com o mercado será inevitável.
19 Esclareceu que entende e respeita as opiniões contrárias, porém que iria apresentar sua
20 opinião a favor e explicar o motivo. Relembrou sua fala realizada no Fórum de diretores
21 no qual abordou sobre a nossa Constituição Federal, em que no seu artigo 205 está
22 escrito que a educação é um direito do cidadão e um dever do Estado e da família e que
23 será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, indagando sobre qual
24 seria colaboração da sociedade, se ela quem iria pagar. Citou também o artigo 206,
25 inciso IV, pelo qual a educação será ministrada com base na gratuidade, enfatizando
26 “gratuidade do ensino público” em estabelecimentos oficiais, e revelando que no seu
27 entendimento não existe ensino público gratuito, que todo ensino é pago, o público é
28 pago por todos e o privado é pago por quem vai fazê-lo. Que não consegue entender a
29 gratuidade se o que existe na verdade é a não cobrança de mensalidades e que o STF
30 constitucionalmente decidiu pela possibilidade de cobrança dos cursos de pós-
31 graduação nas universidades federais. Pontuou que os cursos de mestrado e doutorado
32 focam uma área enorme do conhecimento e os cursos de especialização focam apenas
33 em um ponto do conhecimento. Realizou a leitura de uma parte do texto da minuta
34 proposta, pela qual “a pós-graduação *lato sensu* é um sistema organizado de cursos e
35 Projetos de Pós-graduação destinados aos diplomados em cursos de Graduação cujo
36 objetivo é eminentemente técnico-profissional e visa formar profissionais qualificados”.
37 Que a Faculdade de Engenharia possuía três cursos desses e que as pessoas que fazem
38 esses cursos o fazem para se promoverem na carreira, indagando sobre o motivo da
39 universidade de preocupar se o cidadão quer se promover na carreira. Finalizou
40 retomando sobre a Emenda Constitucional 95 e asseverando que a pós-graduação
41 oferece certificado o que é diferente de um diploma. Ressaltou que a Faculdade de
42 Engenharia possuía curso de segurança do trabalho, o qual já formou mais de mil
43 profissionais. Por fim, defendeu os cursos de pós-graduação pagos e parabenizou os
44 responsáveis pela elaboração da minuta de resolução, assim como pelo parecerista da
45 propositura, o Conselheiro Lourival Batista. 22) **Conselheiro Marcelo Silva Alves:**
46 Realizou saudações a todos os conselheiros e conselheiras e apresentou a opinião do
47 Conselho de Unidade da Faculdade de Farmácia, a qual é favorável à execução dos
48 cursos de pós-graduação pagos. Informou que queria não só entrar na discussão da
49 questão financeira, visto que isso abre uma discussão ampla em relação à universidade
50 recolher recursos dentro da iniciativa privada, mas que a maior preocupação na

realização das pós-graduações pagas, nas especializações na verdade, é de a universidade não se furtar de atuar nesse segmento. Nesse sentido, reconhecem que no Brasil a qualidade do ensino, entre outras coisas, é sempre puxada pela instituição pública, lembrou que existe como referencial de qualidade em todos os segmentos as instituições públicas, com exceção do ensino básico, o qual às vezes, quando é bem articulado, ainda supera o privado. Questionando, nesse sentido, que caso se opte em não permitir as especializações pagas, será que também o conselho decidirá que parte dos recursos, quando vierem para a universidade, será destinada a esse tipo de ensino? Lembrou que muito se falou sobre os estudantes que são entre aspas “clientes” desses cursos, mas na verdade o que se tem são muitos trabalhadores nesses cursos, pessoas que estão no mercado de trabalho, bem pontuados na fala da Conselheira Aline Passos, que às vezes são oriundos de outros instituições e que querem aproveitar um pouco de qualidade que a universidade tem a oferecer em relação ao ensino de especialização. Que tem certeza que isso não vai custear a nossa universidade e que é a favor da redução, ao máximo, das taxas cobradas por esses cursos, para que todo recurso recolhido se destine a sustentabilidade do mesmo e que a necessidade de fazer esses cursos nos fins de semanas não é só para que os professores não misturem com as suas cargas horárias obrigatórios, que é uma necessidade dos próprios trabalhadores que passam a semana inteira trabalhando, e, às vezes, irá dedicar a sexta-feira e o sábado para esses cursos. Assim, indagou ser justo oferecermos esses cursos nesses horários, com os professores que já tem que desenvolver suas atividades ao longo da semana e não ter essa possível repercussão financeira em relação a essa destinação? Como última coisa que gostaria de colocar disse que respeita muito a questão do ensino público e acredita que a universidade não pode perder isso de vista, mas que a instituição não pode deixar de atuar nesse segmento de ensino e, caso a opção desse Conselho seja para não executar esses cursos com a cobrança de mensalidade, que isso abre duas discussões: a primeira se outras formas de arrecadação de recursos da iniciativa privada deverão ser continuadas; e segundo, se a universidade vai destinar recursos para esses cursos funcionarem, que não seja por arrecadação de mensalidade ou se efetivamente a universidade vai abrir mão, de alguma forma, de oferecer esses cursos à sociedade. Ainda especificamente na área de saúde, acrescentou que uma coisa importante é a questão da formação generalista que foi estabelecida pelo Ministério da Educação, para todos os cursos da área de saúde e que essas especializações são extremamente necessárias para se qualificar o nosso corpo de trabalhadores na área de saúde. Indagou se será que novamente a universidade vai deixar de apoiar essa qualificação, se não podemos cobrar as mensalidades como nós vamos fazer para qualificar os nossos trabalhadores da área de saúde? Encerrou dizendo que mais da metade dos estudantes que frequentaram os cursos especialização que a Faculdade de Farmácia ofereceu nos últimos anos foram egressos da nossa própria Universidade, estavam inseridos no mercado de trabalho e retornaram para se qualificar mais para seu trabalho diário. 23)

Conselheiro Flávio Sereno: Primeiro disse que aqui nesse Conselho representa a categoria dos técnico-administrativos em educação e ter ficado muito satisfeito com o posicionamento e com a fala da diretora da Faculdade em que trabalha, o que quase o dispensou de acrescentar mais alguma coisa. Ressaltou sua satisfação pela brava defesa realizada pelo Diretório Central dos Estudantes em um tema que é tão caro para o Sintufejuf e que, em embora não exista aqui representante da pós-graduação, o posicionamento do Instituto Nacional de Pós-graduação (INPG) é contrário, assim como também no momento que isso era uma PEC no Congresso Nacional. Que acredita ser absolutamente legítimo quem entenda que o financiamento público seja exclusivo na educação superior, incluindo a pós-graduação *lato sensu*, ser legítimo quem acha que

1 isso não é fundamental, que também acredita que é legítimo que alguns gestores estejam
2 buscando saídas orçamentárias nesse momento de crise aguda do país. Indicou que o
3 momento do país é difícil, mas que o momento anterior também já era difícil. Lembrou
4 que em 2015 a Universidade, através dos seus órgãos colegiados, suspendeu o
5 calendário acadêmico por falta de dinheiro nessa Universidade e que várias
6 universidades do país também fizeram isso. Retomou a fala do Conselheiro Pedro Cuco
7 que colocou aqui sobre a proposta de emenda constitucional 395 e de um debate do qual
8 participou na Faculdade de Administração, com um militante do Partido Novo que
9 defendia que a Universidade Pública nem precisava existir e que era um local de
10 concentração de esquerdistas e comunistas. Que o lembrou que naquele momento estava
11 em disputa a eleição para Reitoria e as três chapas não tinham um posicionamento claro,
12 contrário ao que estava tramitando no Congresso e que quem colocou isso foram os
13 membros da frente esquerda, vários deles hoje, membros do DCE, do Sintufejuf e da
14 Apes. Que hoje o momento mudou e para pior, reforçando estarmos há menos de um
15 mês da Copa do Mundo de Futebol e não ter pelo país uma rua pintada, ninguém
16 vestindo verde amarelo, uma vez que todo mundo está com vergonha de ter apoiado um
17 golpe nesse país. Que estamos em um momento em que foi aprovada uma lei que
18 amplia as terceirizações, possibilitando contratação inclusive de professores de forma
19 terceirizada; que estamos em um momento em que no final do ano passado o Banco
20 Mundial novamente defendeu que os países deveriam acabar com gratuidade no ensino
21 e cobrar mensalidade na graduação e é isso está nos relatórios recém-publicados.
22 Advertiu ainda que estamos em um momento em que a empresa Kotron Educacional
23 fundiu-se com o seu maior rival Anhanguera Educacional, convertendo-se na maior
24 empresa de ensino superior do mundo por capitalização de mercado, representando
25 sessenta por cento do total de vagas do ensino superior do país, apenas nessa empresa;
26 que estamos em um momento em que temos uma emenda constitucional que estrangula
27 o orçamento público por vinte anos. Retomou evento ocorrido nesse Conselho em que
28 cada conselheiro recebeu individualmente aquele e-mail do Professor Paulo Barone,
29 dizendo que quanto mais a instituição arrecadar menos o Governo vai mandar.
30 Ressaltou que todos que eram conselheiros naquele momento receberam esse e-mail e
31 que, embora a profecia dele ainda não tenha se realizado, pelos números apresentados
32 no orçamento, é uma fala de um secretário do MEC. Que estamos em um momento em
33 que estamos agora ouvindo as buzinas lá fora, sabendo da crise de desabastecimento
34 desse país e sabemos que quem mora hoje mais afastado aqui nessa sala vai ter
35 dificuldades para chegar em casa. Portanto, que embora seja um momento de muita
36 atenção, é muito oportuno que estejamos discutindo aqui a quebra de algo que é um
37 princípio para nós. Que esse conselho tem oportunidade, hoje, de dizer também que não
38 vai quebrar o princípio da gratuidade. Que há grande preocupação que a quebra do
39 princípio da gratuidade atingindo a pós-graduação *lato sensu*, possa, num futuro
40 próximo, ou um pouco mais longe, quebrar também esse princípio na graduação. Fez
41 um apelo àqueles que defendem o princípio da gratuidade do ensino, mas que buscam
42 saídas orçamentárias, que busquem outras saídas, que lutem para mudar o país e a
43 condução do país e não façam esse tipo de arranjo, que pode ser muito caro. Finalizou
44 destacando a fala do Conselheiro Márcio Sá Fortes de que essa é uma reunião histórica
45 e um momento histórico, sendo bom que a maioria dos conselheiros e conselheiras já
46 tenham se pronunciado verbalmente, sendo que vai ficar registrado para a posteridade
47 quem se posicionou pela quebra do ensino gratuito e quem defendeu universidade
48 pública em sua essência. 24) **Conselheiro Eduardo Salomão Condé:** Informou que
49 seria breve e que não haveria nenhum problema em ficar registrada sua posição a favor
50 dos curso de pós-graduação *lato sensu* pagos, votando com muita tranquilidade, que não

1 se sente também acusado de não defender o orçamento público, o financiamento
2 público, porque tem essa posição. Disse não saber exatamente qual seria a contradição
3 de se defender o financiamento público da educação da graduação e dos cursos de pós-
4 graduação *stricto sensu*, para que permaneçam gratuitos, funcionando com
5 financiamento público, continuem exatamente como eles estão hoje e ao mesmo tempo
6 permitir uma possibilidade, de algumas unidades acadêmicas oferecerem cursos que
7 atendam uma parcela relativamente representativa de pessoas, com preços bastante
8 inferiores à média do que o mercado oferece e com uma qualidade superior. Noticiou
9 que teve o cuidado de levantar nos últimos anos da existência da especialização como
10 foi a arrecadação, citando a Fadepe. Ponderou considerar grande ausência da Fadepe
11 neste debate de hoje, uma vez que os cursos de especialização foram administrados
12 pelas Fundações de Apoio, que recolhe um determinado valor e, na época, a resolução
13 permitiu o preenchimento fixo de uma taxa da fundação, sendo arrecadados em torno de
14 dezoito milhões de reais, incluindo o funcionamento dos cursos. Que os cursos de pós-
15 graduação *lato sensu* pagos arrecadaram dois milhões e oitocentos mil reais em três
16 anos de funcionamento, não sabendo como é que isso quebra qualquer princípio de
17 financiamento público. Ressaltou que o valor citado não sustenta meio contrato da
18 universidade, uma vez que qualquer contrato de relevância opera com cinco, seis, sete
19 milhões de reais. Sendo assim, asseverou que esses cursos não irão sustentar pagamento
20 de professor ou servidor e não vai conseguir financiar, absolutamente, projeto de
21 pesquisa de forma substantiva. Que não acredita que isso represente quebra do princípio
22 da gratuidade e sim uma oportunidade. Esclareceu que os cursos regulares da
23 Universidade continuarão sendo públicos e gratuitos e insistiu dizendo que não vê a
24 contradição, mas que vê outra coisa, uma vez que se entramos aqui com questões de
25 princípio, nós podíamos ter poupado o debate e termos ido direto para votação, já que
26 ninguém aqui mudou de posição desde que essa reunião começou. Ressaltou que a
27 Administração Superior fez uma proposta absolutamente clara de regulação, lembrando
28 que isso é o que mais falta nessa universidade. Que essa proposta de regulação foi
29 apresentada à comunidade, pontuando que nesse Conselho temos representantes de
30 todas as partes da universidade, tem estudantes, tem servidores, tem professores.
31 Asseverou que essa discussão não foi levada com a dureza necessária no momento
32 adequado, lembrando da suspensão dessa discussão realizada em novembro do ano
33 passado e agora, mais de 60 dias depois, com posições de princípio, as quais vamos
34 permanecer da mesma forma. Voltou a afirmar que não há contradição e que isso não
35 altera a lógica do financiamento das Universidades. Encerrou indagando qual vai ser o
36 caminho que vamos adotar dentro de uma prática que seguramente não financiará a
37 universidade pública e que dará a oportunidade de fornecer cursos de qualidade para
38 própria sociedade, por um custo menor e sem afetar o princípio da gratuidade, pois o
39 princípio da gratuidade estabelecido na Constituição não está afetado por isso, tendo em
40 vista que a graduação e pós-graduação *stricto sensu* permanecem gratuitos. 25)
41 **Conselheiro Marcelo Silva Alves:** Cumprimentou a todos os conselheiros e relatou que
42 sua unidade se reuniu na data de ontem, lembrou dos seus trinta e cinco anos na
43 enfermagem e de sua experiência na área, relatando sua perplexidade diante da falta de
44 qualidade da formação dos enfermeiros formados nas universidades privadas, nas quais
45 não existe prática, não têm estágio e nem professor com pesquisa. Que é muito
46 procurado por alunos para realizar palestras e está horrorizado com o que tem visto
47 dentro dos hospitais da região, registrando, ainda, que a universidade não atende apenas
48 a cidade. Que diz isso porque uma especialização na saúde não é só uma sala de aula
49 com um professor dando aula, é necessário laboratórios com alta tecnologia, convênios
50 para prática, para estágios, que são caríssimos, envolvendo materiais muito complexos.

1 Asseverou que a enfermagem é uma profissão, uma prática social histórica, e a pós-
2 graduação é usada para corrigir muitos erros dessa graduação mal feita e não estamos
3 conseguindo transferir tecnologia como o conhecimento, que é uma das formas de
4 tecnologia, para corrigir as falhas, também dessas universidades privadas, já que a
5 maioria das pessoas não consegue entrar em um doutorado ou mestrado. Por isso, a sua
6 unidade vota a favor, não por não acreditar em tudo que os outros conselheiros
7 disseram, mas em razão de ter gente morrendo neste momento, necessitando dessa
8 tecnologia, dessa informação que temos e não temos como passar. 26) **Conselheiro**
9 **Heronides Filho:** Registrhou que como militante esse é um dia muito triste e que
10 felizmente teve uma boa reunião na parte da manhã, em seu primeiro dia no debate no
11 Conselho de Pesquisa, onde foi possível ver o que a instituição era e o que se tornou,
12 ressaltando que a universidade não tinha quase nenhum doutorado e hoje existem
13 inúmeras propostas de implantação doutorado na UFJF. Que a proposta de resolução
14 apresentada representa um retrocesso, não pelo fato do conhecimento e do saber
15 aplicado na pós-graduação que vai ser construído, não entrando nesse mérito, mas
16 porque em sua compreensão passarão a existir duas UFJF. Que o debate foi realizado
17 em assembleia e também a nível nacional em alguns congressos e o que está
18 acontecendo hoje, aqui na UFJF, em sua concepção, infelizmente, pelo que
19 comprehendeu, é a lógica de não ser gratuito. Preveniu que esse belo trabalho, que é
20 importante para a universidade, se tivesse financiamento não haveria necessidade de
21 estar construindo essa resolução para esse fim não gratuito. Finalizou indicando que isso
22 inibe a luta para lá na frente tentar construir o ensino gratuito para esse curso excelente
23 que vai ser implantado na pós-graduação, visto que isso será consolidado, as pessoas
24 irão se acomodar e uma luta para você conseguir transformá-lo em gratuito já não será
25 tão forte e por isso a categoria do TAEs é contra o ensino pago e defendem um ensino
26 público, gratuito e de qualidade. 27) **Conselheiro Lourival Batista:** Saudou a todos e
27 concordou com as palavras do Conselheiro Eduardo Condé, ressaltando que não haveria
28 necessidade de se ter discutido o assunto durante esse tempo, uma vez que a impressão
29 que tem é de que as pessoas já estão com suas posições políticas e elas estão enraizadas.
30 Colocou que uma de suas preocupações é a UFJF começar a ter um pensamento
31 estratégico, com preocupação voltada para sobrevivência. Lembrou-se de quando o
32 Ministro Paulo Renato tentou em determinado momento simplesmente acabar com as
33 universidades federais, utilizando vários expedientes e um deles o provão, lembrou que
34 umas das coisas que garantiram a permanência das universidades federais não foi o
35 boicote a provas, pelo contrário, foi a presença dos estudantes convencidos. Assim, o
36 fato de alunos das universidades federais terem se saído muito acima da média fez com
37 que praticamente se extinguisse as ações contra as universidades federais. Então,
38 ressaltou a necessidade de se utilizar o que se tem em mãos para sairmos fortalecidos e
39 parar com alguns equívocos, ou leituras equivocadas quando, por exemplo, olhamos a
40 fonte duzentos e cinquenta e não entendemos o potencial de sobrevivência que essa
41 fonte permite a universidade. Se a UFJF está em uma posição relativamente mais
42 tranquila em relação a outras instituições, isso se deve ao uso adequado dessa fonte.
43 Ressaltou que de forma alguma se está privatizando a instituição, mas sim tentando
44 manter garantida a sobrevivência da instituição pública ao utilizar os recursos gerados
45 de forma privada. Ratificou que se não se souber utilizar, captar alguns recursos que
46 estão dispostos na sociedade e não utilizá-los dentro de uma perspectiva universitária
47 pública, corremos o risco de no futuro não conseguirmos realizar nada. Encerradas as
48 falas das inscrições realizadas, o Senhor Presidente retomou a palavra e reforçou que o
49 amplo debate ocorrido, com muitas contribuições, é a característica democrática da
50 universidade. Informou que havia marcado alguns pontos, mas que acredita que o

1 Conselho esteja bastante esclarecido para partir para uma votação e, talvez, de tudo que
2 marcou a única coisa que gostaria de frisar, porque isso é muito importante sempre
3 termos em vista nesse contexto, é que se está tratando de um processo que existe há
4 vinte anos na universidade, e que ficou suspenso durante três anos por uma questão
5 judicial. Ressaltou que a resolução apresentada, na avaliação da administração, permite
6 um avanço muito grande sobre a questão. Em relação à votação, acredita em razão das
7 falas haverá uma votação bastante equilibrada. O Conselheiro Márcio Sá Fortes pediu a
8 palavra e dada à relevância, impacto e delicadeza do tema solicitou à presidência que
9 encaminhasse uma votação nominal. A Presidência colocou a requisição em deliberação
10 que foi aprovada por maioria. Dando seguimento, o Senhor Presidente destacou haver
11 duas propostas, uma favorável a Universidade ter cursos de pós-graduação *lato sensu*
12 pagos e outra não favorável a esses cursos, submetendo ambas as propostas à votação.
13 Procedeu-se a votação, tendo os votos sido registrados pelo Secretário Geral da UFJF,
14 Rodrigo de Souza Filho. Votaram favoravelmente a proposta os seguintes conselheiros:
15 Eduardo Antônio Salomão Condé; Marcos Tanure Sanabio; Mônica Ribeiro de
16 Oliveira; Luis Paulo da Silva Barra; Valéria Faria; Liamara Scortegagna; Milene de
17 Oliveira; Antônio Márcio Resende do Carmo; Eliane Medeiros Borges; Schirley Maria
18 Policário; Fabrício da Silva Teixeira Carvalho; Ana Paula Ferreira; Eduardo Barrere;
19 Robert Daibert Júnior; Gilmar José dos Santos; José Gustavo Francis Abdala; Aline
20 Araújo Passos ; Lourival Batista de Oliveira Junior; Marcelo da Silva Alves; Hélio
21 Antônio da Silva; Marcelo Silva Silvério; Maria Alice Junqueira Caldas; Maria Cristina
22 Vasconcellos Furtado; Elton Geraldo de Oliveira Goes, Ângelo Marcio Leite Denadai;
23 José Geraldo Neto de Faria. Votaram contrariamente a proposta os seguintes
24 conselheiros: Marise Pimentel Mendes; Álvaro de Azeredo Quelhas; Rogério de Souza
25 Sérgio Ferreira; Cristina Simões Bezerra; Alice Mary Monteiro Mayer; Eliete do Carmo
26 Garcia Verbena Faria; Victor Soares Lustosa Victor; Raquel Bernardo Fett; Daniel
27 Diogo de Souza Silva; Pedro Rocha Badô; Ana Emilia Carvalho de Souza; Iago do
28 Nascimento Silva; Juliana Auler Rodrigues; Pedro Felipe de Souza Arruda; Conrado
29 Jenevain Braga; Paulo Dimas de Castro; Ricardo Bonfante; Pâmela Emanuelle Julião;
30 Flávio Cardoso Sereno; Pedro Henrique Cuco; Márcio Roberto Sá Fortes; Heronides
31 Filho. Os Conselheiros Marina Monteiro de Castro e Castro; Raquel Fellet Lawall e
32 Jeferson Macedo Vianna se abstiveram de votar. Resultado final: votos favoráveis 26
33 (vinte e seis) votos sim; votos contrários 22 (vinte e dois) votos não e 03 (três)
34 abstenções. A Conselheira Marina Monteiro de Castro e Castro realizou sua declaração
35 de voto e pediu que constasse em ata a sua abstenção em virtude do não debate do
36 assunto no Conselho de Graduação - Congrad sobre a temática. Em razão de a reunião
37 estar completando três horas a Presidência pediu autorização para prorrogá-la por mais
38 uma hora, pleito que foi concedido. Após a votação, o diretor da Faculdade de
39 Educação, Álvaro de Azeredo Quelhas, a diretora da Faculdade de Serviço Social,
40 Cristina Simões Bezerra, e o técnico-administrativo em educação, Márcio Sá Fortes,
41 pediram vista do processo. Desta forma, conforme disposto no artigo 17 do Regimento
42 do Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora e solicitações realizadas,
43 foi concedida vista do processo **23071.024232/2017-71**, pelo prazo de 72 (setenta e
44 duas) horas ao Conselheiro Álvaro de Azeredo Quelhas, diretor da Faculdade de
45 Educação e sucessivamente aos Conselheiros Cristina Simões Bezerra, diretora da
46 Faculdade de Serviço Social e Márcio Roberto Sá Fortes, representante do Sindicato dos
47 Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de
48 Ensino no Município de Juiz de Fora – MG – SINTUFEJUF. A seguir, o Senhor
49 Presidente realizou algumas considerações finais, revelando que nova data será
50 agendada para a próxima reunião que discutirá a resolução e não havendo mais

1 manifestações e nada mais a tratar, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,
2 secretariada por mim, Rodrigo de Souza Filho, que para constar lavrei a presente ata que
3 dato e assino.

4

5

6 Juiz de Fora, 24 de maio de 2018.

7

8

9

10 **Rodrigo de Souza Filho**
11 **Secretário Geral**

12

13

14 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**
15 **Reitor da UFJF**

16

17

18

19

20

21

22 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA ____ / ____ / ____

1.	2.
3.	4.
5.	6.
7.	8.
9.	10.
11.	12.
13.	14.
15.	16.
17.	18.
19.	20.
21.	22.
23.	24.
25.	26.

27.	28.
29.	30.
31.	32.
33.	34.
35.	36.
37.	38.
39.	40.
41.	42.
43.	44.
45.	46.
47.	48.
49.	50.
51.	52.
53.	54.
55.	56.

1